



PIB da América Latina e Caribe deve crescer 1,4% este ano

Lei de Cotas vai permanecer de qualquer maneira, afirma ministra

Página 8

Artesp e concessionárias fazem campanha contra o Aedes aegypti em todo estado

Página 2

Venda de veículos acumula alta de 21% no 1º trimestre

A venda de veículos automotores novos acumula alta de 21% no primeiro trimestre ante o mesmo período do ano passado, aponta balanço da Federação Nacional da Distribuição de Veículos Automotores (Fenabrave). Nos três primeiros meses do ano foram emplacadas 878.817 unidades contra as 726.272 de janeiro a março de 2022.

Na comparação mensal, houve crescimento de 33,4% em março em relação ao mesmo mês de 2022. Também houve alta de fevereiro para março de 48,7%%. O volume total de veículos emplacados em março chegou a 365.012. Em fevereiro, foram 245.393 unidades. Em março do ano passado, foram negociados 273.549 veículos.

O presidente da Fenabrave, Andreta Jr, disse que apesar do aumento percentual, o setor ainda não viu recuperação para os níveis obtidos até 2019, antes da pandemia. Segundo ele, a alta global foi potencializada pela diferença de dias úteis de março (23 dias) ante fevereiro (18 dias) e pelo baixo resultado nas vendas do primeiro trimestre do ano passado.

“Estamos diante de um cenário, novamente, desafiador para 2023, que apresenta alto endividamento das famílias, aumento da inadimplência, além da alta de juros e seletividade de crédito por parte das instituições financeiras, o que vem restringindo a demanda por parte do consumidor, que vem perdendo seu poder de compra”, disse.

Segmentos

No segmento automóveis e comerciais leves, foram emplacadas 436.802 unidades no trimestre, o que representa uma elevação de 16,6%. Em março foram 186.583, 38,3% a mais do que no mesmo mês de 2022 e 55,7% a mais do que em fevereiro.

O grupo ônibus e caminhões registrou 38.824 unidades emplacadas, 12,4% a mais do que no mesmo período do ano passado. Em março foram 12.326 unidades, com uma elevação de 3,84% ante março de 2022. Na comparação com fevereiro, o aumento foi de 21,6%. (Agencia Brasil)

Governo suspende cronograma de implementação do Novo Ensino Médio

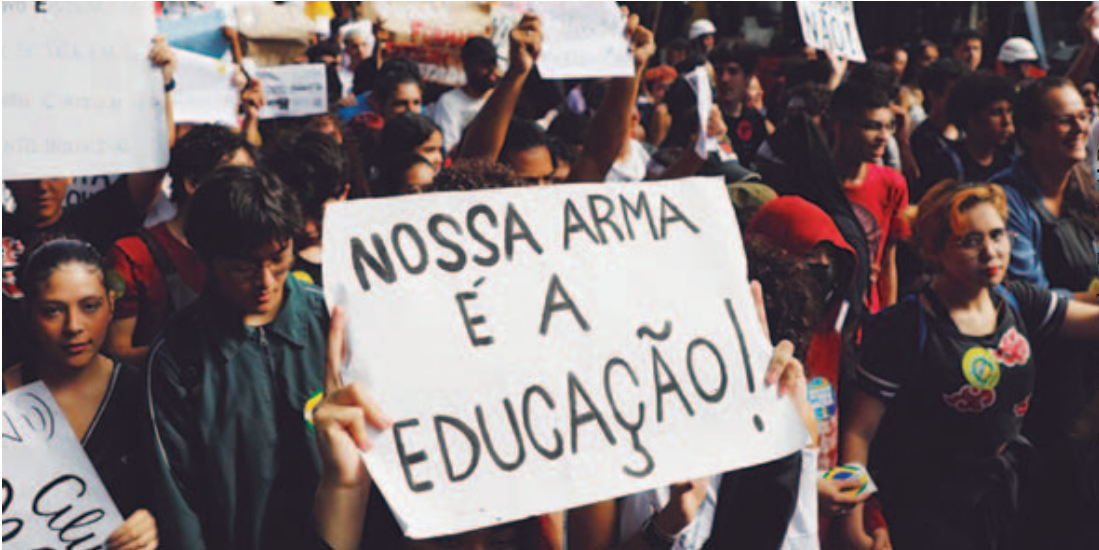


Foto: Fernando Frazão/ABR

Página 8

Esporte

Torcedores brasileiros fazem festa na Argentina

Por Jarcio Baldi - Argentina

O mundial de motovelocidade MotoGP no final de semana, em Termas de Rio Hondo, Argentina, deixou o torcedor brasileiro bastante feliz. Na Moto3, o paulista Diogo Moreira, terminou a prova em segundo lugar e agora ocupa a mesma posição no campeonato. Com a pista molhada Diogo se manteve entre os primeiros para poder atacar nas últimas voltas, e estratégia deu certo e o garoto subiu ao pódio pela segunda vez esse ano.

Na categoria de MotoGP ítalo-brasileiro, Franco Morbidelli, havia nos confidenciado na sexta-feira que os bons resultados retornariam e, realmente foi o que pudemos apreciar no final de semana. Franco ficou com o quarto lugar nos treinos classificatórios e também na prova deixando seu

companheiro de equipe, o campeão Fabio Quartararo para trás. Foi o melhor resultado de Morbidelli desde o pódio em Jerez no ano de 2021 quando corria pela equipe satélite Petronas. “Estou muito feliz com o resultado fomos rápidos tanto no molhado quanto no seco, esse resultado nos deu uma grande injeção de ânimo. Espero que essa melhora seja possível obtermos também em Austin daqui a quinze dias”.

Pelo segundo ano consecutivo Termas de Rio Hondo deu a um piloto a sua primeira vitória na categoria MotoGP. Em 2022 foi com Aleix Espargaró e agora com o italiano Marco Bezzecchi. Em seu segundo ano da categoria o italiano já conquistou a sua primeira vitória e agora lidera o campeonato. Bezzecchi logo nas primeiras voltas disparou na frente não dando chance a nenhum dos adversários com cerca de oito segundos de vantagem.

Kartismo

Gabriel Fernandes vence novamente e lidera também a Copa São Paulo Light

Com a segunda vitória consecutiva no Kartódromo de Interlagos (SP/SP) alcançada no último fim de semana, na disputa da terceira etapa da Copa São Paulo Light de Kart, Gabriel Fernandes (Techspeed/Cinestúdio/Globo Construtora/Seepill Valves/Total Auto Center/3Marc) está isolado na liderança da categoria F4 Junior, e já desponta como

um dos grandes nomes da temporada 2023 no kartismo nacional. Afinal, este carioca de apenas 13 anos de idade lidera também a V11 Aldeia Cup.

Na terceira rodada do Light Gabriel Fernandes dominou os treinos livres e na tomada de tempos alcançou a segunda marca, a apenas um décimo de segundo do pole position. Na primeira bateria o carioca venceu com 0s383



Diogo Moreira

“Senti-me incrivelmente bem desde o primeiro momento no final de semana, por isso quando vi a chuva esta manhã fiquei muito triste porque disse a mim mesmo ‘estive tão bem no seco, com certeza vai ser difícil no molhado’.

“Mas quando saí para o ‘warm up’ comecei a acreditar novamente e pensei que poderia obter um bom resultado. Eu es-

tava muito, muito focado. Tudo correu bem. Foi uma longa jornada.”

O principal piloto da Ducati, Peco Bagnaia, cometeu um erro e caiu quando estava em segundo. “Eu caí e sinceramente estou muito chateado. É tipo de acidente que você não entende”, disse ele. “Às vezes você cai e não sabe porque, e isso é muito difícil de entender, são as quedas mais difíceis de aprender” disse o italiano.

A Aprilia começou o final de semana como favorita quando Aleix Espargaró e Maverick Vinales, pois terminaram em primeiro e segundo nas duas sessões de treinos de sexta-feira. A equipe italiana parecia estar a caminho de repetir a vitória de 2022. Mas conforme o tempo piorou, o desempenho da RS-GP também piorou. Depois do quinto posto no grid para Viñales e nono para Espargaró na pista úmida, uma pausa na chuva deu esperança para o Sprint de sábado. No entanto, Viñales perdeu uma asa durante o contato logo no início ficando em sétimo, enquanto Espargaró caiu quando estava em sexto tentando alcançar o grupo à frente.

A próxima etapa acontece daqui a quinze dias em Austin nos EUA.

do estresse da dívida, da inflação e do aumento da incerteza global”.

As avaliações e a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos) da América Latina e Caribe está no relatório O Potencial da Integração, Oportunidades Numa Economia Global em Transformação, divulgado na terça-feira (4) pela instituição financeira internacional.

Segundo o relatório, para impulsionar o crescimento, os países precisam preservar sua resiliência e aproveitar as oportunidades da indústria verde e das tendências na economia global de aproximação da cadeia produtiva aos mercados domésticos. Página 3

Incentivos fiscais a estados terão mais transparência, diz Haddad

Página 3

Governo faz acordo para instalação de comissões de 4 MPs

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse, na terça-feira (4), em Brasília, que o governo fechou acordo com o Congresso para instalação de comissões mistas para análise de quatro medidas provisórias (MPs) enviadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No total, o go-

verno tem 12 MPs com vencimento até início de agosto na fila para avaliação dos parlamentares.

As MPs têm força de lei, ou seja, entram em vigor imediatamente quando são enviadas pelo presidente da República para análise do Congresso Nacional. Página 4

DÓLAR	
Comercial	
Compra:	5,08
Venda:	5,08
Turismo	
Compra:	5,01
Venda:	5,29
EURO	
Compra:	5,57
Venda:	5,57

Governo lança programa para levar o 5G a municípios paulistas

O Governo de SP lançou na terça-feira (4), em São José do Rio Preto, o programa para fomentar a transformação digital nos municípios paulistas. O TecnoCidades tem como foco incentivar e apoiar o desenvolvimento e implantação de novas soluções tecnológicas capazes de melhorar os serviços prestados à população, otimizar a gestão pública e garantir uma economia cada vez mais competitiva.

Ele é fruto de uma iniciativa conjunta da Secretaria de Desenvolvimento Econômico (SDE) com a Desenvolve SP, agência de fomento do Estado, e com a InvestSP, agência de promoção de investimentos do Estado.

A primeira frente de trabalho do TecnoCidades é acelerar a chegada da internet 5G – que vai oferecer uma navegação até 100 vezes mais rápida – ao interior do Estado. O tema foi tratado durante seminário nesta terça e a ação será levada a outras regiões no futuro.

“O 5G é essencial para o crescimento de todos os setores da economia. Acredito que podemos chegar a 270 municípios com a tecnologia até o final deste ano e esse é um passo importante para darmos início ao desenvolvimento estabelecido pelo governador Tarcísio de Freitas como um dos pilares desse governo”, afirmou o secretário de Desenvolvimento Econômico, Jorge Lima.

“Esse é um grande movimento liderado pela InvestSP com o intuito de sensibilizar os gestores municipais para que invistam em tecnologia como instrumento de transformação das suas cidades em ecossistemas tecnológicos e inteligentes, com foco na melhoria da qualidade de vida dos moradores e no desenvolvimento sustentável dos municípios”, disse a vice-presidente Executiva da InvestSP, Estella Dantas.

“A Desenvolve SP busca desempenhar o papel de principal financiadora das cidades inteligentes, especialmente para os pequenos municípios do Estado. Temos os recursos necessários para atender prefeituras em suas necessidades de crédito”, afirmou a superintendente de negócios da Desenvolve SP, Antonia Tallarida.

Panorama

Dos 645 municípios paulistas, apenas 74 atualizaram a Lei das Antenas, pré-requisito para a chegada da internet 5G. É o que mostra o levantamento realizado pela InvestSP, com base em dados da Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel). Assim, mesmo havendo liberação da nova tecnologia em 134 cidades, apenas em 61 delas os usuários de telefonia celular conseguem usufruir da conexão até 100 vezes mais rápida.

Isso ocorre pois o lançamento do 5G nas cidades brasileiras necessita de atuação do Governo Federal e dos governos municipais em etapas diferentes.

A primeira é a liberação da frequência necessária para a conexão, ação feita pela Anatel. Vencida esta fase, os municípios precisam alterar as leis que regulamentam onde as novas antenas podem ser instaladas. A atualização é necessária para que as operadoras de telecomunicações invistam na infraestrutura da rede, já que o 5G exige até 10 vezes mais antenas que o 4G.

Em todo o Estado, 97 localidades que já possuem autorização da Anatel ainda não atualizaram suas leis.

Cidades inteligentes

Com as cidades conectadas, o programa mapeará as principais demandas dos municípios e buscará soluções inteligentes e inovadoras mais adequadas,

como o uso de prontuários eletrônicos nas unidades de saúde, a telemedicina, sistemas de vigilância interconectados para reforçar a segurança pública, soluções de controle o fluxo de pedestres e veículos, uso de plataformas digitais e recursos de realidade virtual nas escolas, ampliação da oferta de energia renovável e melhorias na própria gestão pública, com a integração de sistemas e um maior controle dos processos.

O TecnoCidades também acompanhará a implantação dessas soluções, com suporte técnico, e buscará estabelecer parcerias com entidades nacionais ou internacionais, a fim de ampliar o programa e promover a cooperação e a troca de experiências entre os municípios.

CESAR
NETO

www.cesarneto.com



CÂMARA (São Paulo)
Vereadores e vereadoras cumprimentam pelos 90 anos do jornal “O DIA”, que desde o dia 5 abril 1933 registra histórias e está na História da imprensa diária (paulistana, paulista e brasileira)

PREFEITURA (São Paulo)
Prefeito Ricardo Nunes cumprimenta pelos 90 anos do jornal “O DIA”, que desde o dia 5 abril 1933 registra histórias e está na História da imprensa diária (paulistana, paulista e brasileira)

ASSEMBLEIA (São Paulo)
Deputados e deputadas estaduais cumprimentam pelos 90 anos do jornal “O DIA”, que desde o dia 5 abril 1933 registra histórias e está na História da imprensa diária (paulistana, paulista e brasileira)

GOVERNO (São Paulo)
Governador Tarcísio e vice Ramuth cumprimentam pelos 90 anos do jornal “O DIA”, que desde o dia 5 abril 1933 registra histórias e está na História da imprensa diária (paulistana, paulista e brasileira)

CONGRESSO
Deputados e deputadas federais pelo Estado de São Paulo, além dos senadores (2) e senadora (1) - também pelo Estado de São Paulo - cumprimentam pelos 90 anos do jornal “O DIA”, que desde o dia ...

(Brasil)
... 5 abril 1933 registra histórias e está na História da imprensa diária (paulistana, paulista e brasileira). Alguns parlamentares que representam outros Estados brasileiros também estão cumprimentando

PRESIDÊNCIA (Brasil)
Presidente Lula e vice Alckmin cumprimentam pelos 90 anos do jornal “O DIA”, que desde o dia 5 abril 1933 registra histórias e está na História da imprensa diária (paulistana, paulista e brasileira)

PARTIDOS (Brasil)
Dirigentes dos partidos políticos cumprimentam pelos 90 anos do jornal “O DIA”, que desde o dia 5 abril 1933 registra histórias e está na História da imprensa diária (paulistana, paulista e brasileira)

JUSTIÇAS (Brasil)
Profissionais do Direito e do Poder Judiciário cumprimentam pelos 90 anos do jornal “O DIA”, que desde o dia 5 abril 1933 registra histórias e está na História da imprensa diária (paulistana, paulista e brasileira)

HISTÓRIAS (São Paulo)
O jornal “O DIA” completa - dia 5 abril 2023 - seus 90 anos. Embora tenha surgido num contexto de pós-guerra civil (Revolução paulista 1932), é hoje um instrumento das Éticas de Deis e do Cristo Jesus

cesar@cesarneto.com

Artesp e concessionárias fazem campanha contra o Aedes aegypti em todo estado

A Agência de Transporte do Estado de São Paulo (Artesp) do Governo de SP e as 20 concessionárias de rodovias paulistas estão desenvolvendo ações para conscientizar os riscos e a necessidade do combate à proliferação do mosquito Aedes aegypti, transmissor da dengue, zika e chikungunya. O principal foco é mostrar aos usuários a importância de destinar corretamente o lixo quando trafegam pelas rodovias paulistas, evitando, assim, a proliferação de criadouros do inseto.

A campanha de combate ao

mosquito se estenderá também aos canais de comunicação e redes sociais da agência e do franqueado, com postagens contendo mensagens educativas ao longo do mês.

Só nos dois primeiros meses deste ano, foram registrados quase 21 mil casos confirmados de dengue no Estado, segundo a Secretaria de Saúde. Em 2022, foram 332.139 casos da doença – um aumento de cerca de 133% na comparação com 2021 – e 269 óbitos. Diante desses números, é importante direcionar esforços para conscientizar a po-

pulação a respeito das ações de combate à proliferação do Aedes aegypti, principalmente na eliminação de criadouros.

A campanha nas rodovias concedidas contará com orientações nos painéis eletrônicos das rodovias, espalhados pelos 11,1 mil quilômetros de malha concedida. As mensagens exibidas serão: ‘Previna-se contra dengue’ e ‘Não jogue lixo nas rodovias’.

Na próxima quarta-feira (12), as equipes das concessionárias realizarão um mutirão de limpeza para conscientizar os usuários a não jogar lixo nas rodovias.

Durante a operação, será reforçado o trabalho de recolhimento do material descartado indevidamente nas rodovias sob concessão. Em 2022, foram coletadas cerca de 70 toneladas de lixo em um único dia de mutirão durante a Campanha de combate ao mosquito transmissor da dengue.

Além de sujar as rodovias e servir de criadouros para larvas do mosquito da dengue, o lixo nas vias e acostamentos pode impactar negativamente o meio ambiente e colocar em risco a própria segurança dos motoristas, aumentando o risco de acidentes.

Prefeitura realiza II Seminário de Conscientização do Autismo

A Prefeitura, por meio da Secretaria Municipal da Pessoa com Deficiência (SMPED), realiza evento para informar e orientar a população e servidores da rede municipal sobre o Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O II Seminário de Conscientização do Autismo acontece nesta quarta-feira (5) no auditório do Centro Cultural São Paulo (CCSP), que fica na Rua Vergueiro, 1000, no Paraíso, a partir das 13h.

O evento é uma das atrações da Semana Municipal de Conscientização sobre o Transtorno do Espectro do Autismo, que acontece até sábado (8), em parceria com entidades da sociedade civil. Todas as iniciativas dessa semana celebram

o ‘Dia Mundial de Conscientização do Autismo’, comemorado no dia 2 de abril.

O seminário terá a participação de especialistas e influenciadores da área, que participarão de três mesas redondas mediadas pela jornalista Andrea Buscade. A convidada é colaboradora da ‘Comissão dos Direitos dos Autistas e Familiares’ e também da ‘Comissão dos Direitos Humanos e dos Direitos da Pessoa com Deficiência’ da OAB do Rio de Janeiro, organizadora do Seminário RioTEAMA e Presidente do Instituto RioTEAMA, além de ser mãe de um filho com autismo.

A primeira mesa tem como tema ‘O desafio do diagnóstico em garotas e adultos’ e será apresentada pela neuropsicóloga,

Joana Portolese, e a psiquiatra Dra. Rosa Magaly Moraes, ambas do Hospital das Clínicas da Faculdade de Medicina da USP (HC-FMUSP). A palestra vai contar com a participação especial da jornalista Amanda Ramalho, que é apresentadora do podcast “Esquizofrenóias”. Ela, que já fez parte do programa Pânico na Band, foi diagnosticada com TEA e passou a falar sobre o tema em suas redes sociais.

Em seguida, a Dra. Maria Cláudia Brito, fonoaudióloga com mais de 20 anos de experiência e pesquisa na área de TEA, se une ao Dr. Thiago Barbosa Gusmão, neurologista infantil, para apresentar o painel “Como lidar com crises agressivas e a importância da comu-

nicação no autismo”.

Para finalizar a série de palestras, falam sobre “Integração sensorial e artes no autismo” a Dra. Denise Lam, pedagoga e especialista em educação especial, ao lado de Louise Jimenez Berndt, terapeuta ocupacional especializada em acessibilidade e inclusão escolar de crianças com deficiência física, intelectual e TEA.

O evento é aberto ao público mediante inscrição prévia neste link: bit.ly/Seminario-TEA. As vagas são limitadas até a ocupação do espaço.

O II Seminário de Conscientização do Autismo tem o apoio do Centro Cultural São Paulo e faz parte do programa de Metas 21-24 da Prefeitura de São Paulo.

Feriado de Páscoa terá rodízio suspenso, vacinação contra Covid-19 e parques abertos

Alguns serviços administrados pela Prefeitura de São Paulo terão o horário de atendimento alterado entre a próxima sexta-feira (7) e domingo (9), devido ao feriado de Páscoa. Veja como será o funcionamento.

Entre outras unidades administradas pela Secretaria Municipal de Saúde, as Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs) e AMAs/Unidades Básicas de Saúde (UBSs) Integradas atenderão normalmente, inclusive para vacinação contra a Covid-19 e multivacinação.

Confira, a seguir, os serviços que estarão **abertos**:

- Assistências Médicas Ambulatoriais (AMAs) – das 7h às 19h;
- AMAs/Unidades Básicas de Saúde (UBSs) Integradas – das 7h às 19h;
- Hospitais Municipais (HMs);
- Hospitais Dia 12h e 24h;
- Prontos-socorros Municipais (PSMs);

- Unidades de Pronto Atendimento (UPAs);
- Centros de Atenção Psicossocial (Caps) IV;
- Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) 192;
- Laboratório de Emergência Toxicológica (LET);
- Complexo Regulador de Urgência e Emergência (Crue);
- Centro de Controle de Intoxicações (CCI).

Os Centros de Atenção Psicossocial (Caps) III funcionarão para demandas internas. Estarão em regime de plantão a Divisão de Vigilância de Zoonoses (DVZ), a Divisão de Vigilância Epidemiológica (DVE) e a Coordenadoria de Saúde e Proteção ao Animal Doméstico (Cosap).

Os quatro hospitais veterinários públicos (Norte, Sul, Leste e Oeste) permanecerão **fechados** durante o feriado.

Rodízio

O Rodízio Municipal de Veículos não vigora, assim como

as demais restrições existentes na cidade nesta sexta.

- % Rodízio de veículos pesados (caminhões);
- % Zona de Máxima Restrição à Circulação de Caminhões (ZMRC);
- % Zona de Máxima Restrição aos Fretados (ZMRF);
- % As faixas exclusivas de ônibus também estarão liberadas.

A ciclofaixa de lazer será ativada na sexta-feira (07) e no domingo (09).

Para informações de trânsito, ocorrências, reclamações, remoções e sugestões, ligue SP156.

Transporte público

A SPTrans informa que o atendimento nos postos de venda em terminais de ônibus e Expresso Tiradentes será das 6h às 22h nesta sexta-feira (7), exceto no Terminal Santo Amaro, que está

temporariamente com funcionamento das 6h às 20h. Já as lojas Jabaquara, Santana e o Posto Central da SPTrans estarão fechados.

Recarga do Bilhete Único

Um dos serviços mais procurados nos postos de atendimento é a recarga do bilhete, que pode ser realizada por meio de aplicativos. A lista com os aplicativos credenciados para a venda de crédito do Bilhete Único está disponível no site da SPTrans. Após a compra dos créditos, recarregue o cartão nas máquinas automáticas ou nos validadores no interior dos coletivos.

Operação dos ônibus

A frota do sistema de transporte público municipal neste 7 de abril será correspondente aos sábados, com cerca de 6,7 mil ônibus em circulação.

Jornal O DIA S. Paulo

Administração e Redação
AZ Editores de Jornais,
Livros, Revistas Ltda
Viaduto 9 de Julho, 180
1º andar - Sala 12
CEP: 01050-060
Fone: 3258-1822

Jornalista Responsável
Maria Augusta V. Ferreira
Mtb. 19.548

A opinião de nossos colaboradores não representa necessariamente nossa opinião

E-mail: contato@jornalodiasp.com.br
Site: www.jornalodiasp.com.br

Assinatura on-line
Mensal: R\$ 20,00
Agência Brasil - EBC

Publicidade Legal
Atas, Balanços e
Convocações
Fone: 3258-1822

Periodicidade: Diária
Exemplar do dia: R\$ 3,50

PIB da América Latina e Caribe deve crescer 1,4% este ano

O Banco Mundial estima que a economia da América Latina e Caribe crescerá 1,4% este ano, a “uma taxa abaixo do esperado e a mais baixa globalmente”. As razões para a piora nas perspectivas da região são o preço mais baixo das commodities (bens primários com cotação internacional), as taxas de juros mais altas nos países desenvolvidos e a recuperação instável da China.

Segundo a instituição, para 2024 e 2025 são esperadas taxas de 2,4%, ainda consideradas muito baixas para “progressos significativos na redução da pobreza”. No entanto, o Banco Mundial avalia que as economias da região têm se mostrado “relativamente resilientes diante do aumento do estresse da dívida, da inflação e do aumento da incerteza global”.

As avaliações e a previsão para o Produto Interno Bruto (PIB, a soma dos bens e serviços produzidos) da América Latina e Caribe está no relatório O Potencial da Integração, Oportunidades Numa Economia Global em Transformação, divulgado na terça-feira (4) pela instituição financeira internacional.

Segundo o relatório, para impulsionar o crescimento, os países precisam preservar sua resiliência e aproveitar as oportunidades da indústria verde e das tendências na economia

global de aproximação da cadeia produtiva aos mercados domésticos.

Em comunicado, o vice-presidente do Banco Mundial para a América Latina e o Caribe, Carlos Felipe Jaramillo, disse que a região se recuperou em grande parte da crise da pandemia, mas infelizmente voltou aos baixos níveis de crescimento da década anterior. “Os países precisam urgentemente acelerar o crescimento inclusivo para que todos se beneficiem do desenvolvimento, e isso exigirá manter a estabilidade macroeconômica e aproveitar as oportunidades que a integração comercial oferece hoje”, destacou.

Segundo o economista-chefe para a América Latina e o Caribe do Banco Mundial, William Maloney, a região da América Latina continua sendo uma das menos integradas, enquanto a abertura comercial e os fluxos de investimento estrangeiro direto foram estagnados ou reduzidos nos últimos 20 anos. “Alavancar a extraordinária vantagem comparativa da região na produção de energia sustentável, commodities necessárias para indústrias verdes emergentes, e o capital natural único da região, oferece uma nova fonte potencial de crescimento, mas exigirá políticas para facilitar o acesso a mercados, capital e tecnologia

globais”, avaliou.

O relatório sugere uma série de políticas públicas para o avanço da integração regional. No longo prazo, essas políticas devem envolver redução de riscos sistêmicos, aumento de investimentos em infraestrutura tradicional e digital e melhoria do capital humano. Já no curto prazo, as sugestões são preservar a estabilidade geral, ao promover avanços regulatórios alfandegários e de transporte, e modernizar as agências de exportação e promoção de investimentos.

Inflação

O Banco Mundial avalia que, após se recuperar da pandemia, a região administrou “com relativo sucesso” as múltiplas crises causadas pela guerra da Rússia contra a Ucrânia e as incertezas da economia global. Segundo o relatório, tanto a pobreza quanto o emprego voltaram aos níveis pré-pandêmicos, enquanto a inflação média, à exceção da Argentina e da Venezuela, deve cair para 5% em 2023, depois de atingir 7,9% em 2022, inferior aos países da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), de 9,4%, e do Leste Europeu, de 18,8%, embora acima da inflação do Leste Asiático (4,7%).

Para o Brasil, segundo William Maloney, a queda nas ex-

pectativas de inflação devem levar à redução das taxas de juros. Em março, apesar da desaceleração da economia, o Banco Central do Brasil, não mexeu nos juros. As expectativas do mercado em torno do novo arcabouço fiscal do governo também deve impactar nas próximas decisões do órgão sobre a taxa Selic (juros básicos da economia).

Em relatório divulgado em janeiro, o Banco Mundial previu crescimento de 0,8% para o PIB brasileiro este ano e de 2% em 2024 e 2015.

De acordo com a instituição, o “relativo sucesso” da América Latina e Caribe na recuperação da pandemia reflete essa “resposta precoce e agressiva das autoridades regionais, o que levou a quedas da inflação em vários países”. “As autoridades do Chile e do Brasil anunciaram uma pausa em novos aumentos. Na maioria dos países da América Latina e Carine, as expectativas inflacionárias permanecem ancoradas e as metas dos bancos centrais devem ser alcançadas em 2024”, diz o documento.

No entanto, em média, o desequilíbrio fiscal permanece elevado e estima-se que os níveis de dívida atinjam 64,7% do PIB este ano, um pouco abaixo de 66,3% em 2022. “Além disso, as recentes falências de bancos nos EUA e na Europa tra-

zem mais incertezas. Ainda veremos as consequências no sistema bancário e fluxo de capi-

tal na América Latina”, avaliou o Banco Mundial. (Agência Brasil)

Renda comprometida com dívidas é a menor desde antes da pandemia

A Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (Peic), apurada mensalmente pela Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC), apontou estabilidade no endividamento das famílias, no primeiro trimestre. O mês de março terminou com 78,3% das famílias endividadas, mesmo índice de fevereiro. O levantamento foi divulgado na terça-feira (4).

Um dos destaques da pesquisa é o percentual de renda comprometida com dívidas, que se estabeleceu em 29,9% do rendimento das famílias e é o menor patamar desde fevereiro de 2020. O nível de inadimplência também caiu pela quarta vez consecutiva e atingiu 29,4% das famílias, queda de 0,4 ponto percentual (pp) em março.

Superendividamento

Do total de famílias que relataram ter dívidas a vencer (cheque pré-datado, cartão de crédito, cheque especial, carnê de loja, crédito consignado, empréstimo pessoal, prestação de carro e de casa), 17,1% consideravam-se muito endividadas, indicador que também se manteve inalterado na passagem mensal, após duas altas consecutivas.

“O endividamento dos consumidores vem apontando moderação desde outubro, cresceu entre janeiro e fevereiro, com orçamentos apertados pelas despesas típicas do início do ano, e encerrou o trimestre em estabilidade”, explicou, em nota, Izis Ferreira, economista da CNC responsável pela Peic.

Segundo a economista, a melhora da renda disponível com a evolução positiva do mercado de trabalho e a desaceleração da inflação atenuaram os indicadores de inadimplência, que fechou o trimestre em 29,7% das famílias. “Apesar disso, quem tem dívidas atrasadas há mais tempo continua com dificuldades de sair da inadimplência por causa dos juros elevados”, disse Izis.

A Peic mostrou que a proporção de consumidores sem condições de pagar dívidas atrasadas de meses anteriores chegou a 11,5% do total em março, com ligeira queda de 0,1 pp em relação a fevereiro, mas apresentou o maior nível desde novembro de 2020, no comparativo entre as médias trimestrais.

A redução da contratação de dívidas em março se deu entre os consumidores nas duas primeiras faixas de renda, de até três salários mínimos e de três a cinco salários mínimos. Nas faixas de maior renda, entre cinco e dez salários e acima de dez salários mínimos, a proporção de endividados cresceu. De acordo com Izis Ferreira, isso é reflexo de maior consumo de serviços pelos mais ricos.

O indicador de dívidas atrasadas também diminuiu na margem para os dois grupos considerados mais pobres, enquanto avançou entre os com renda entre cinco e dez salários mínimos. “O Bolsa Família com valores maiores e as contratações formais de pessoas com menor nível de escolaridade têm auxiliado as famílias de menor renda no pagamento de dívidas”, disse a economista.

Apesar disso, na comparação anual, a Peic demonstrou que o volume de famílias com dívidas atrasadas aumentou em todas as faixas de rendimento. O percentual de consumi-

dores com dívidas atrasadas de meses anteriores também encerrou o trimestre em queda entre os mais pobres, mas avançou 1,1 pp no ano. O índice cresceu na comparação anual apenas nas duas primeiras faixas de renda, de até cinco salários mínimos.

O comprometimento da renda de todos os brasileiros com dívidas caiu para 29,9% dos rendimentos. A cada R\$ 1 mil, o consumidor gastou, em média, R\$ 299 com o pagamento de dívidas em março. Esse valor é o menor desde fevereiro de 2020, antes da pandemia da covid-19.

“Entre as famílias de menor renda, a redução da proporção dos endividados também foi acompanhada da queda do comprometimento da renda dessas famílias com dívidas. Os consumidores que recebem até três salários mínimos fecharam o trimestre dedicando 30,9% da sua renda para pagar dívidas, o menor percentual desde junho de 2021. A cada R\$ 1 mil, eles gastaram R\$ 309 para pagar dívidas com instituições financeiras”, diz a CNC.

Já a parcela média da renda dos mais ricos comprometida com dívidas aumentou, foram 0,4 pp entre aqueles que recebem de cinco a dez salários mínimos, resultando em 29,4% da renda, e 0,3 pp entre os com mais de dez salários mínimos, com 27% comprometidos.

Inadimplentes

Mesmo com renegociações, a cada 100 consumidores com dívidas atrasadas, 45 chegaram em março com atrasos por mais de 90 dias. “Ou seja, quem tem dívidas atrasadas, acumuladas de meses anteriores, acaba com maior dificuldade de pagá-las, pois, com os juros mais altos, o valor da dívida aumenta mais ao longo do tempo”, explicou Izis Ferreira.

A economista aponta que a alta da proporção de consumidores com dívidas atrasadas por mais de três meses mantém acesso o alerta para a necessidade de renegociações e monitoramento do sucesso das dívidas renegociadas pelas instituições financeiras. De acordo com Izis, as concessões de crédito aos consumidores estão desacelerando, mas permanecem elevadas, e há uma deterioração da qualidade dos recursos que estão sendo contratados.

Segundo a CNC, as concessões de crédito, neste momento, estão concentradas e avançando no crédito rotativo de curto ou curtíssimo prazo (como cheque especial e cartão de crédito), sendo essas as que apresentam os juros mais elevados do mercado.

No dia 23 de março, Izis Ferreira apresentou os estudos ao secretário executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo, para auxiliar no desenvolvimento do programa Desenrola, que objetiva reduzir o endividamento e a inadimplência das famílias que ganham até dois salários mínimos.

Segundo o presidente da CNC, José Roberto Tadros, “a Peic é, hoje, um dos principais indicadores da saúde econômica do Brasil, pois identifica quais os principais gargalos para a melhoria das condições financeiras da população brasileira”.

Para ele, a participação da CNC na construção do Desenrola é resultado da importância da pesquisa, iniciada em 2010 pela confederação, e demonstra a preocupação da entidade no desenvolvimento sustentável do país. (Agência Brasil)

Incentivos fiscais a estados terão mais transparência, diz Haddad

Os benefícios fiscais a estados terão mais transparência para evitar perda de arrecadação para a União, disse, na terça-feira (4), em Brasília, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad. Em conversa com jornalistas, ele afirmou que o governo pretende editar uma medida provisória para evitar que subvenções (ajuda financeira) para investimentos nos estados sejam equiparadas a incentivos para custeio.

“Lei bem feita não tem plano B. Essas coisas não podem mais acontecer no Brasil”, afirmou Haddad pouco antes

de almoçar com o ministro das Relações Exteriores, Mauro Vieira. O encontro tratou dos preparativos para a viagem oficial à China, que ocorrerá na próxima semana.

Segundo o ministro da Fazenda, a medida provisória, que integra o pacote para elevar as receitas do governo e cumprir a promessa de zerar o déficit primário no próximo ano, separará os benefícios fiscais destinados aos estados segundo a finalidade: custeio (gasto com a manutenção da máquina pública) ou investimento (obras e compras de equipamentos públicos).

“Nenhum país que conheço subvenciona custeio. Vamos separar o custeio do investimento e dar transparência aos incentivos fiscais da União”, declarou.

O governo pretende reforçar o caixa em R\$ 130 bilhões ao mudar a relação com os governos estaduais em relação à cobrança da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) e ao Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ).

Em 2017, o Congresso Nacional estabeleceu, por meio de um jabuti (emenda incluída em medida provisória ou projeto não relacionado ao tema origi-

nal), que os benefícios fiscais são considerados subvenções para investimentos, sem incidência de impostos da União.

Em seguida, o Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu que os créditos presumidos do Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS), tributo arrecadado pelos estados, devem ser excluídos da base de cálculo do IRPJ e da CSLL, mesmo que os incentivos fiscais beneficiem gastos de custeio. O governo federal entende que a mudança gerou perda de R\$ 130 bilhões para os cofres federais. (Agência Brasil)

Capacidade de geração de energia eólica deve bater recorde neste ano

O Brasil registra, até fevereiro deste ano, 890 parques eólicos instalados em 12 estados brasileiros. Eles somam 25,04 gigawatts (GW) de capacidade instalada em operação comercial, que beneficiam 108,7 milhões de habitantes.

Desse total, 85% estão na Região Nordeste. De acordo com a Associação Brasileira de Energia Eólica (Abeeólica), até 2028 o Brasil terá 44,78 GW de capacidade instalada desse tipo de energia, cuja participação na matriz nacional atinge, atualmente, 13,2%. A eólica já responde hoje por 20% da geração de energia que o país precisa.

No ano passado, o setor bateu recorde de 4 GW instalados e, para este ano, a presidente executiva da Abeeólica, Elbia Ganoum, espera atingir novo recorde, superando esse número. “Encerrando 2023, estaremos com 29 GW de capacidade instalada. Essa é a nossa previsão em termos de potência, e isso é superior a R\$ 28 bilhões, porque cada gigawatt de eólica instalada é da ordem de R\$ 7 bilhões”, disse Elbia à Agência Brasil.

Outro levantamento feito pela entidade mostra o desenvolvimento econômico-social gerado pela energia eólica. No Nordeste, por exemplo, o Produto Interno Bruto (PIB) das cidades onde os parques eólicos chegaram cresceu 21%, e o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) cresceu também 20% “por causa da chegada dos parques”. Outro dado significativo é que a cada real investido em energia eólica são devolvidos R\$ 2,9 para a economia.

O Brasil ocupa desde 2021 a sexta posição no *ranking* mundial em capacidade instalada de energia eólica. Segundo Elbia, agora fica mais desafiador para o país ultrapassar essa marca e se aproximar dos dois primeiros colocados, que são a China e os Estados Unidos. Ela considera difícil alcançar a China, por exemplo, que “cresce quase o Brasil por ano em investimento em energia”.

De 2011 a 2020, foram feitos investimentos no setor eólico de US\$ 35,8 bilhões. Esses recursos movimentaram na economia brasileira em R\$ 321 bilhões, dos quais R\$ 110,5 bilhões foram investimentos diretos na construção de parques eólicos. Segundo a Abeeólica, para cada megawatt instalado, são criados 10,7 empregos. No período de 2011 a 2020, foram gerados quase 190 mil empregos no setor.

Dos 890 parques instalados no país, 130 projetos tiveram financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) desde 2005, totalizando 18.654 MW. Os financiamentos concedidos pelo banco alcançaram R\$ 52,170 bilhões, informou a instituição. Foram investidos pelas empresas no período R\$ 94,4 bilhões.

Eólicas offshore

A presidente da Abeeólica informou que, em relação à instalação de parques eólicos *offshore* (no mar), está sendo preparada estrutura regulatória no Brasil que permita a realização de estudos e projetos. “Depois desse aparato regulatório,

a gente vai ter leilão de cessão e, após isso, vamos começar a fazer, efetivamente, os projetos. Para este ano, pretendemos ter a regulação toda terminada para fazer os primeiros leilões de cessão do uso do mar. É parecido com o setor de petróleo, onde há leilões de áreas”, explicou.

Ela explicou que, ao contrário de usinas eólicas *onshore* (em terra), que têm características de vento com destaque na Região Nordeste, nos parques *offshore*, a presença desse tipo de vento ocorre em todo o litoral brasileiro. O fator determinante é a infraestrutura, porque usinas *offshore* dependem muito de porto e indústria, principalmente. “São portos maiores que vão abrigar a fabricação das pás, das torres e das nacelles eólicas”. As nacelles são comparimentos instalados no alto das torres que abrigam todo o mecanismo do gerador.

Estudo divulgado em janeiro deste ano pela Abeeólica identificou o Complexo do Penal, no Ceará; o Porto do Aguiar, no estado do Rio de Janeiro; e o Porto de Rio Grande, no Rio Grande do Sul, como os principais do país para infraestrutura dos parques *offshore*.

Casa dos Ventos

Na segunda-feira (3), o BNDES anunciou a aprovação de financiamento, no valor de R\$ 907 milhões, para a empresa Casa dos Ventos implantar quatro parques eólicos no Rio Grande do Norte (Ventos de Santa Luzia 11, 12 e 13 e Ventos de Santo Antônio 1). Com capacidade instalada total de 202,5 MW, os empreendimentos for-

marão o Complexo Eólico Umari, localizado nos municípios de Monte das Gameleiras, São José do Campestre e Serra de São Bento. O financiamento do BNDES corresponde a 69% do investimento total previsto de R\$ 1,315 bilhão.

A estimativa é que a geração de energia resultante do projeto seja suficiente para atender em torno de 500 mil residências, evitando, por outro lado, a emissão de 522 mil toneladas de gás carbônico (CO₂) por ano, o que equivale a cerca de 2,4 milhões de árvores plantadas. A previsão é que o complexo entre em operação comercial plena em agosto de 2024.

O presidente do BNDES, Aloizio Mercadante, destacou que diante do cenário atual de mudanças climáticas e catástrofe ambiental, o Brasil tem condição de liderar o processo mundial de transição energética para uma base limpa, renovável e sustentável, onde a energia eólica tem importante papel. “O apoio aos setores eólico e solar ajuda a ampliar a matriz energética limpa, que hoje é da ordem de 84% no Brasil, contribui para o desenvolvimento de uma indústria nacional de alta tecnologia e a geração de empregos. Energia limpa é uma prioridade do BNDES, um banco que quer ser cada vez mais verde e inclusivo”, afirmou.

Ele lembrou que as aprovações de financiamento do BNDES a usinas eólicas correspondem a 75% da capacidade instalada da fonte no país. No caso de solares, esse índice é de 38%. (Agência Brasil)

Governo faz acordo para instalação de comissões de 4 MPs

O ministro das Relações Institucionais, Alexandre Padilha, disse, na terça-feira (4), em Brasília, que o governo fechou acordo com o Congresso para instalação de comissões mistas para análise de quatro medidas provisórias (MPs) enviadas pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. No total, o governo tem 12 MPs com vencimento até início de agosto na fila para avaliação dos parlamentares.

As MPs têm força de lei, ou seja, entram em vigor imediatamente quando são enviadas pelo presidente da República para análise do Congresso Nacional. O prazo de vigência é de 60 dias, podendo ser prorrogado por igual período se a votação na Câmara e no Senado não tiver sido concluída.

Como já anunciado pelo Congresso, deve ser instalada na semana que vem a comissão que vai analisar a reestruturação ministerial do novo governo, que tem agora 31 ministérios e seis órgãos com status de ministério ligados à Presidência da República. O prazo da MP já foi prorrogado e ela precisa ser votada pela comissão mista e pelos plenários da Câmara dos Deputados e do Senado até o dia 1º de junho. Caso isso não ocorra até a data, perderá a validade.

Segundo Padilha, outras MPs que terão a comissão instalada são as que tratam de mudanças no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf), do novo Bolsa Família e do novo Minha Casa, Minha Vida.

O ministro explicou que, para agilizar a aprovação do conteúdo das outras MPs, os parlamentares poderão apresentar emendas para incorporar o conteúdo delas àquelas que estarão em análise na comissão mista. Nesse caso, segundo Padilha, serão para medidas que tem conteúdos semelhantes.

Como exemplo, a MP de extinção da Fundação Nacional de Saúde (Funasa) pode ser incorporada na que trata da reestruturação do governo. No caso da MP que cria o vale-gás, seu conteúdo pode entrar como emenda no texto do novo Bolsa Família.

Outras MPs com conteúdos distintos e que não puderem ser incorporadas deverão ser transformadas em projetos de lei de urgência, que têm uma tramitação mais rápida, como a MP de reogeração dos combustíveis.

Segundo o ministro, entretanto, há interesse dos parlamentares em debater alguns temas como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o



novo Mais Médicos. Nesse caso, as comissões mistas devem ser instaladas.

“Quando você cria comissão você amplia a possibilidade de mais parlamentares participarem desse debate”, explicou. “Vamos trabalhar para instalar mais urgentemente aquelas que expiram até o mês de junho. Tanto a MP do novo Mais Médicos quanto do Programa de Aquisição de Alimentos vencem apenas em agosto, mas vamos instalar as comissões mistas ainda no mês de abril”, observou.

Ao remanejar algumas das MPs como emendas ou como projetos de urgência, a expectativa do governo é reduzir o nú-

mero de comissões necessárias, de 12 para cerca de sete. E assim, garantir a aprovação do conteúdo das medidas no prazo necessário.

Impasse

O acordo para instalação das comissões acontece em meio à disputa entre o presidente do Senado e do Congresso Nacional, Rodrigo Pacheco (PSD-MG), e o presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), sobre a retomada dos trabalhos das comissões mistas que analisam as medidas provisórias antes da votação em plenário.

Em março de 2020, no auge da pandemia de covid-19, um ato

conjunto da Câmara e do Senado flexibilizou as regras de tramitação das medidas provisórias, que passaram a ser votadas diretamente pelos plenários das duas Casas e deixaram de passar pelas comissões, integradas por 13 deputados e 13 senadores.

Em março, Pacheco realizou uma reunião de líderes no Senado e decidiu que as comissões mistas serão retomadas para analisar as MPs enviadas pelo governo. Segundo o presidente, a regra está prevista na Constituição.

Por outro lado, Arthur Lira defende uma mudança na composição dos colegiados. Para ele, as comissões de análise de MPs devem ter a participação de mais deputados em relação aos senadores, como ocorre em outras. Contudo, a proposta não foi aceita pelos líderes no Senado.

O assunto foi judicializado no Supremo Tribunal Federal (STF) por meio de um mandado de segurança protocolado pelo senador Alessandro Vieira (PSDB-SE) contra o presidente da Câmara. Segundo o parlamentar, a manutenção do modelo de votação direta pelo plenário dá poderes extraordinários a Lira, que, segundo Vieira, pode defi-

nir os relatores das MPs e o envio da matéria ao Senado às vésperas do prazo de caducidade.

Primeira sessão

Já a preocupação do governo é aprovar as medidas no prazo para elas não perderem a validade. “Esses instrumentos [emendas e projetos de urgência] vão garantir podermos manter a votação, colocar para funcionar as comissões mistas, pelo número de parlamentares que envolvem, e ao mesmo tempo, manter o calendário prioritário para o governo”, disse, citando, por exemplo, o novo marco fiscal.

O ministro Alexandre Padilha disse, ainda, que, após o feriado da Páscoa, o governo deve enviar a proposta do novo arcabouço fiscal, que substituirá o teto de gastos, e a expectativa é que o relator também seja definido pelo presidente da Câmara para iniciar a tramitação.

Neste mês também acontece a primeira sessão do Congresso Nacional, quando deve ser votado o projeto de lei de remanejamento orçamentário que garante o reajuste dos servidores públicos, além de analisados vetos a projetos feitos ainda pelo ex-presidente Jair Bolsonaro. (Agência Brasil)

ATAS/BALANÇOS/EDITAIS/LEILÕES

COMPANHIA MÜLLER DE BEBIDAS
C.N.P.J. nº 03.485.775/0001-92 - NIRE 35.300.174.054
CONVOCAÇÃO PARA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam os acionistas da Companhia convocados a se reunirem em Assembleia Geral Ordinária a se realizar, em primeira convocação, no dia 27.4.2023, às 10 horas para deliberar acerca da seguinte ordem do dia: "(i) deliberar acerca do relatório da administração, proposta de orçamento de capital e exame, discussão e votação das demonstrações financeiras auditadas da Companhia referentes ao exercício social findo em 31.12.2022; (ii) deliberar sobre a destinação do lucro líquido e distribuição de dividendos referentes ao exercício social findo em 31.12.2022; e (iii) deliberar acerca da remuneração anual global máxima dos administradores". Enquanto perdurar a pandemia do COVID-19 a Companhia continuará a priorizar a saúde e a integridade física de seus acionistas e colaboradores. Por essa razão, a forma de realização desta assembleia ora convocada será virtual. **Henrique Souza e Silva Peretto** - Presidente do Conselho de Administração da Companhia. Pirassununga, 3/04/2023. (04.05.06)

SWISS RE BRASIL RESSEGUROS S.A.
CNPJ/ME nº 15.047.380/0001-97 - NIRE 35.300.439.368
ATA DA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA REALIZADA EM 10 DE MARÇO DE 2023
Data, Hora e Local: Aos 10 (dez) dias do mês de março de 2023, às 10:00 horas, na sede social da Companhia localizada na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 3064 - 8º andar, Parte A, Jardim Paulistano, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, CEP 01451-000 ("Companhia").

Convocação e Presença: Em virtude da presença dos acionistas titulares da totalidade do capital social da Companhia, conforme assinaturas constantes no Livro de Presença de Acionistas, a convocação foi dispensada nos termos do disposto no art. 124, §4º, da Lei nº 6.404/76, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações"). **Constituição da Mesa:** Presidente: Sr. Fabio Arturo Corrias; e Secretário: Sr. Gustavo Amado León. **Ordem do Dia:** O exame, discussão e aprovação das seguintes matérias: (1) aprovar as contas dos administradores, das Demonstrações Financeiras e do Relatório da Administração da Companhia, referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022; (2) fixar a remuneração anual e global dos membros da administração da Companhia; e (3) ratificar todas as publicações dos atos societários desta Companhia que tenham sido realizadas em jornais diversos do Jornal Dia de SP Publicações; O Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e o Parecer dos Auditores Independentes referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 foram publicados no jornal Valor Econômico, na edição do dia 25 de fevereiro de 2023, nas páginas 28 a 33, assim como na versão digital do jornal. **Deliberações:** Na conformidade da Ordem do Dia e estando presentes à Assembleia os administradores da companhia, as seguintes deliberações foram tomadas, por unanimidade de votos: (a) aprovar as contas dos administradores, o Relatório da Administração da Companhia e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, devidamente acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes; (b) aprovar que não haverá distribuição de dividendos aos acionistas, em face dos prejuízos apurados no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022, no montante total de R\$ 39.492.224,52 (trinta e nove milhões, quatrocentos e noventa e dois mil, duzentos e vinte e quatro reais e cinquenta e dois centavos), remanescendo como prejuízo acumulado o total de R\$ 78.291.230,07 (setenta e oito milhões, duzentos e noventa e um mil, duzentos e trinta reais e sete centavos) nos termos do artigo 189 da Lei das Sociedades por Ações; (c) fixar a remuneração anual e global dos membros da administração da Companhia em R\$ 5.400.000,00 (cinco milhões e quatrocentos mil reais); e (d) ratificar todas as publicações dos atos societários desta Companhia que tenham sido realizadas em jornais diversos do Jornal Dia de SP Encerramento: Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Assembleia Geral Ordinária da Companhia, da qual foi lavrada a presente ata que, lida e achada conforme, foi aprovada e assinada por todos os presentes. São Paulo, 10 de março de 2023. **Mesa:** Fabio Arturo Corrias - Presidente; Gustavo Amado León - Secretário. **Acionistas Presentes:** SWISS REINSURANCE COMPANY LTD. - Por: Frederico Santana Knapp - Procurador. SWISS RE INSURANCE HOLDING COMPANY LTD. - Por: Beatriz de Moura Campos Mello Almada - Procurador. JUCESP nº 125.075/23-6 em 30/03/2023. Gisela Simiema Caschin - Secretária Geral.

Nova Guimarães Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda.
("Sociedade") - CNPJ/ME NÚMERO: 35.636.377/0001-89 - NIRE: 35.235.941.491
ATA DE REUNIÃO DE SÓCIOS DA

1. **Data, Hora e Local:** Em 30 de março de 2023, às 10h00min., na sede da Sociedade, localizada na Capital do Estado de São Paulo, na Rua Mourato Coelho, nº 936, sala 62, Pinheiros, CEP 05417-001. 2. **Composição da Mesa:** Presidente: Fabio Terepíns. Secretária: Marcela Scarparo. 3. **Convocação:** Sócia representada a totalidade do capital social, sendo dispensada a convocação prévia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 1.072 da Lei 10.406/02 ("Código Civil"). 4. **Presenças:** Vibra Residencial Ltda., com sede nesta Capital, na Rua Mourato Coelho, nº 936, 6º andar, sala 62, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP 05417-001, inscrita no CNPJ/ME sob nº 26.173.891/0001-71, neste ato representada por seu sócio administrador FABIO TEREPIÑS, brasileiro, conveniente em união estável, administrador de empresas, portador da Cédula de Identidade RG nº 33.758.824-4 SSP/SP e inscrito no CPF/ME sob nº 304.866.468-82, com endereço na Rua Mourato Coelho, nº 936, 6º andar, Pinheiros, São Paulo - SP, CEP 05417-001 ("Vibra"). 5. **Ordem do Dia:** Exame e discussão sobre a redução de capital social da Sociedade em R\$ 13.000.000,00 (treze milhões de reais), julgado excessivo pela sócia, nos termos do artigo 1.082, inciso II do Código Civil. 6. **Deliberações:** Em vista da Ordem do Dia, a sócia presente deliberou sem quaisquer restrições, por **aprovar** a redução do capital social da Sociedade para que este passe de R\$ 13.452.130,00 (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e dois mil, cento e trinta reais), dividido em 13.452.130 (treze milhões, quatrocentos e cinquenta e duas mil, cento e trinta) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota, para R\$ 452.130,00 (quatrocentos e cinquenta e dois mil, cento e trinta reais), dividido em 452.130 (quatrocentos e cinquenta e duas mil, cento e trinta) quotas no valor de R\$ 1,00 (um real) cada quota. A redução do capital social da Sociedade bem o correspondente cancelamento das quotas, serão realizados proporcionalmente à participação dos sócios na Sociedade. 7. **Encerramento:** Nada mais havendo a tratar, foi encerrada a Reunião Ordinária de Sócios e lavrada esta Ata, a qual foi lida, aprovada e assinada pelos presentes seguindo, via de consequência, para publicação nos termos do artigo 1.084, § 1º do Código Civil. São Paulo, 31 de março de 2023. **Fabio Terepíns** - Presidente, **Marcela Scarparo** - Secretária. Sócios: **Vibra Residencial Ltda.** - Neste ato representada por Fabio Terepíns.

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO E EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL

Pelo presente Edital de Notificação e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultara(m)-se ou recusara(m) o recebimento da notificação pessoal pelo oficial do cartório, fica(m) **NOTIFICADO(S)** o(s) mutuário(s) abaixo para ciência de que estamos autorizados na forma do Decreto-Lei nº 70 de 21/11/66 e das normas complementares do S.F.H, nos termos do artigo 15 da RD 08/70 e artigos 19 e 21 da Lei nº 8.004 de 14/03/1990, e pelo credor exequente a dar prosseguimento e promover a **EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL** da(s) HIPOTECADA(S) que oneram o(s) imóvel(is) a seguir descrito(s), em favor da **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA**. Fica(m) identificado(s), outrossim, de que têm o prazo de 20 (vinte) dias contados de **04/04/2023** para purgar(em) o débito e evitar(em) a execução extrajudicial. Quaisquer informações ou providências deverá entrar em contato com a EMGEA através do telefone 0800-717-7742 ou pelo site www.emgea.gov.br, ou através do e-mail fabianasilva@afdsp.com.br, telefone nº 11-2791-2274.

Contrato: 818640009007 - SED: 1399 - CREDOR: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - AGENTE: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI - CHP DEVEDOR(ES): ALCIR PUGA, BRASILEIRO, CONSULTOR TÉCNICO, RG. Nº 14.944.681-SSP/SP, CPF: 048.045.768-94, SOLTEIRO, MAIOR e cônjuge, se casado(a) estiver. Imóvel sito à AVENIDA NUNO MARQUES PEREIRA, Nº 110, APARTAMENTO Nº 21, LOCALIZADO NO 2º ANDAR DO BLOCO D, CONDOMÍNIO PARQUE DAS FLORES, DO JARDIM CLARICE, NO 29º SUBDISTRITO SANTO AMARO, SÃO PAULO/SP.

São Paulo, 04/04/2023.
COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI – CHP
Agente Fiduciário

04. 05 e 06/04/2023

Companhia Província de Securitização
CNPJ/ME nº 04.200.649/0001-07 - NIRE 35300546547
Editai de Segunda Convocação de Assembleia Especial de Investidores dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da Série Única da 3ª Emissão da Companhia Província de Securitização ("Titulares dos CRA", "Emissora" e "Emissão", respectivamente), a **Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.**, inscrita no CNPJ/ME sob o nº 36.113.876/0004-34 ("Agente Fiduciário"), e os representantes da Emissora, em consórcio ao disposto na cláusula 12.2.3 do termo de securitização dos CRA da Emissão, celebrado em 29 de abril de 2022, conforme aditado ("Termo de Securitização"), a se reunirem em assembleia especial de investidores da Emissão ("AEI"), a se realizada, em segunda convocação, aos **14 de abril de 2023, às 14h30min.**, de forma exclusivamente digital, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM nº 60" e "CVM", respectivamente), através de videoconferência, via plataforma Microsoft Teams (vide informações gerais abaixo), para deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (i) conceder ou não, **waiver** para o descumprimento do Índice Financeiro da Emitente, em relação a "Divida Líquida"/"Tonelada de Cana Moída", referente a apuração que será realizada com base nas medições elaboradas exclusivamente pela Emitente e informadas à Emissora, referente ao exercício a ser encerrado em março de 2023, conforme solicitado pela própria Emitente através do envio de solicitação de **waiver**, recebida por esta Emissora em 02 de março de 2023, onde restou elucidado que na safra de 2021 e 2022, o setor sucroalcooleiro sofreu dificuldades diante de eventos de seca histórica, geadas e incêndios, que prejudicaram o desempenho das usinas (os detalhes do comunicado enviado poderão ser consultados na instrução de voto ou na AEI); (ii) caso aprovado o item (i) acima, aprovar que o índice financeiro a ser observado para a Divida Líquida/ Tonelada de Cana Moída, deverá equivaler aos importes entre <= R\$ 120,00 e R\$122,00, mantendo-se os demais covenants inalterados, nos termos da cláusula 7.2, item (xxviii); e (iii) autorizar a Emissora e o Agente Fiduciário a praticarem todos os atos necessários e/ou convenientes ao aperfeiçoamento, efetivação, formalização e implementação dos itens acima, se aprovados. Os termos iniciados por letras maiúsculas não definidos nesta convocação terão os significados a eles atribuídos nos Documentos da Operação. **Informações Gerais:** O material de apoio necessário para embasar as deliberações dos Titulares dos CRA da Emissão está disponível (i) na página da Emissora na rede mundial de computadores - Internet (<http://provinciasecuritizacao.com.br>); As procurações e/ou boletins de voto à distância, conforme aplicáveis, deverão ser enviados acompanhados de cópia: (i) da totalidade dos documentos que comprovem a representação do Titular dos CRA, incluindo, mas não se limitando a, contratos e/ou estatutos sociais, regulamentos, atas e procurações; e (ii) do documento de identificação dos signatários, em até 02 (dois) dias úteis antes da realização da AEI, para os correios eletrônicos assembleias@provinciasecuritizacao.com.br e af.assembleias@oliveiratrust.com.br. Nos termos do artigo 31 da Resolução CVM nº 60, somente podem votar na assembleia especial os investidores detentores de títulos de securitização na data da convocação da assembleia. São Paulo, 05 de abril de 2023. **Companhia Província de Securitização** - Roberto Saka - Diretor de Securitização e de Relação com Investidores.

VIGOR ALIMENTOS S.A.
CNPJ/ME nº 13.324.184/0001-97 - NIRE 35.300.391.047
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL EXTRAORDINÁRIA

Ficam convocados os acionistas **Vigor Alimentos S.A.**, sociedade por ações, com sede na Cidade de SP, SP, na Rua Joaquim Carlos, 396, 1º Andar, Brás, CEP 03.019-000, CNPJ/ME 13.324.184/0001-97 e em seu Estatuto Social arquivado perante a JUCESP sob o NIRE 35.300.391.047 ("Companhia") para comparecer à Assembleia Geral Extraordinária, a realizar-se no dia **18/04/2023, às 10h**, na sede da Companhia, a fim de discutir, examinar e deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) aumento do capital da Companhia no valor de até R\$ 135.844.545,00, mediante a emissão de até 13.557.341 novas ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, ao preço de emissão de aproximadamente R\$ 10,02 por cada nova ação emitida, fixado de acordo com o artigo 170, §1º, da Lei das S.A.; (II) alteração do artigo 5º, **caput**, do Estatuto Social da Companhia para refletir o aumento de capital em questão; e (III) alteração e consequente consolidação do Estatuto Social da Companhia, a fim de refletir os ajustes deliberados nos itens "I" e "II" acima. **Instruções Gerais:** Nos termos do artigo 135, §3º da Lei 6.404/76, a minuta do Estatuto Social reformulado que será discutida na Assembleia Geral Extraordinária está à disposição dos Senhores acionistas na sede da Companhia. São Paulo/SP, 03 de abril de 2023.
Alberto Alfredo Arellano Garcia - Presidente do Conselho de Administração.

CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A
CNPJ 14.898.814/0001-08
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA

Ficam V.Sas. convocadas para a Assembleia Geral Ordinária do **CITRINO EMPREENDIMENTO E PARTICIPAÇÃO S/A**, inscrita no CNPJ 14.898.814/0001-08 de acordo e nos termos do Artigo 7º, parágrafos 1º ao 3º do Estatuto Social e Medida Provisória nº 931, de 30 março de 2020/Lei 14.010 de 10 de junho de 2020, a qual será realizada em **27 de abril de 2023, quinta-feira, às 14:30 horas através de videoconferência** (link e dados para acesso abaixo), a fim de deliberar sobre a seguinte ordem do dia: (I) Aprovação de Contas Exercício 2022; (II) Outras; (III) Melhorias Operacionais; (IV) Plano Estratégico; (V) Comercialização; e (VI) Outros Assuntos de Interesse. Informamos que V.Sas. poderão se fazer representar por Procurador, especialmente constituído para tal ato por meio de Procuração com firma reconhecida. Neste aspecto, a Administradora se dispõe a representar V.Sas. mediante fornecimento de Procuração, bem como, voto por escrito de cada ordem do dia. Dados para acesso a videoconferência - Zoom: <https://us02web.zoom.us/j/81347394766?pwd=ZERoYXVNaEJjNERRdUxVZGZURmZlQl09>. ID da reunião: 813.4739.4766. Senha de acesso: 100482. A Administração.

EDITAL DE CITAÇÃO - Prazo 20 dias. Proc. **0193592-20.2011.8.26.0100**. O Dr. Paulo Rogério Santos Pinheiro, Juiz de Direito da 4ª Vara Civil Central/SP, Faz saber a Orlano Camaral de Brito CPF 001.696.888-36 e BDF Comercio de Alimentos Ltda. CNPJ01.987.127/0001-47, que lhe foi proposta uma ação de Execução para cobrança de R\$ 130.657,10 (centro e 57 mil reais), referente a NF 391. Estando os executados em lugar ignorado, expedite-se edital, para que em 3 dias, a flur do prazo supra,paguem o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade, podendo no prazo de 15 dias, apresentar embargos ou depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do parcelamento de 6 vezes, com juros de 1%, ao mês, sob pena de expedição demandado de penhora e avaliação para prosseguimento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, 23 de janeiro de 2023. **[04.05]**

EDITAL DE CITAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº **1011797-20.2018.8.26.0100** A MM. Juiza de Direito da 3ª Vara Civil, do Foro Regional XV - Butantã, Estado de São Paulo, Dra. Luciane Cristina Silva Tavares, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a ILDE APARECIDA EUGENIO, RG 28.755.549-5, CPF 986.182.906-97, que lhe foi proposta uma ação de Execução para cobrança de R\$ 130.657,10 (centro e 57 mil reais), referente a NF 391. Estando os executados em lugar ignorado, expedite-se edital, para que em 3 dias, a flur do prazo supra,paguem o débito atualizado, com os honorários de 10% reduzidos pela metade, podendo no prazo de 15 dias, apresentar embargos ou depositar 30% do débito e solicitar o parcelamento do parcelamento de 6 vezes, com juros de 1%, ao mês, sob pena de expedição demandado de penhora e avaliação para prosseguimento de tantos bens quantos bastem para garantia da execução, nomeando-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, 23 de janeiro de 2023. **[04.05]**

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIASexpedido nos autos da Ação de UsucapiãoPROCESSO Nº**1074540-40.2014.8.26.0100** (USUC 941) A Dra. Juliana Forster Fullaro, MM. Juza de Direito da 1ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Civil, da Comarca de SÃO PAULO, do Estado de São Paulo, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a Rosalia, Elaine, Orlando, Hélio, Dircz, José Carlos, Creuza, Maria, Laura, Marcos, Selma, Miguel, Lucia, Maria, Vania, Claudomir, Conceição, Sonia, João Montuori e Antonio Montuori, na pessoa de Vanda Terezinha Giancola Lago, réus ausentes, incertos, desconhecidos, eventuais interessados, bem como seus cônjuges, se casados forem, herdeiros e/ou sucessores, que Paulo Eduardo Israel e Sonia Regina Nvyi Israel, ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando a declaração do domínio do imóvel localizado na Rua André Baggio, nº 28, Vila Santo Estevam Rei, São Paulo/SP, com área de 3.495,26 m², alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expedite-se o presente edital para citação dos supramencionados para que, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a flur após o prazo de 20 dias úteis, contestem o feito. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[04.05]**

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizada
CNPJ/ME nº 61.351.532/0001-68 - NIRE 35.300.052.463
AVISO AOS ACIONISTAS
Documentos relativos ao artigo 133, da Lei nº 6.404/1976

AZEVEDO & TRAVASSOS S.A. ("Companhia"), comunica aos seus acionistas que, nesta data, os documentos indicados no artigo 133, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações") relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2022 encontram-se à disposição dos acionistas na sede social da Companhia. São Paulo, 31 de março de 2023.
Bernardo Negredo Mendonça de Araújo - Diretor de Relações com Investidores.

JUNTOS SOMOS MAIS FIDELIZAÇÃO S.A.
CNPJ Nº 29.894.630/0001-39 - NIRE 35300534301
Editai de Convocação

Ficam os Senhores Acionistas da Juntos Somos Mais Fidelização S.A. ("Companhia") convocados para se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária ("Assembleia"), a ser realizada em 12 de abril de 2023, às 18:00, horário de Brasília, **de forma híbrida**, excepcionalmente, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 1485, 1º andar, Torre Norte, CEP 01452-002, Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, com transmissão simultânea por meio da plataforma digital Microsoft Teams, a fim de deliberarem sobre a seguinte ordem do dia: (i) tornar sem efeito as deliberações tomadas na Assembleia Geral Extraordinária realizada em 15 de dezembro de 2022, consignando que os valores aportados à Companhia pelos acionistas Tigre S.A. Participações, Votorantim Cimentos S.A. e Gerdau Aços Longos S.A., configuram Adiantamento Para Futuro de Capital - AFAC; (ii) atualizar e consolidar o artigo 5º do Estatuto Social da Companhia; (iii) determinar a realização de uma avaliação do valor econômico da Companhia, nos termos da Cláusula 4.16 do Acordo de Acionistas; e (iv) autorizar os administradores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para implementação das deliberações tidas na Assembleia. A Assembleia será transmitida digitalmente por meio do sistema Microsoft Teams, por meio do qual os acionistas poderão ver e ser vistos, ouvir e se manifestarem simultaneamente. Para tanto, um e-mail será enviado aos acionistas que o solicitarem, contendo todas as orientações técnicas de acesso ao sistema e de participação remota. Para que os representantes legais ou procuradores dos acionistas possam participar da Assembleia de forma presencial ou digital, deverão encaminhar à Companhia, preferencialmente, até às 12:00 horas, horário de Brasília, do dia 11 de abril de 2023, cópias dos seguintes documentos, conforme aplicáveis: (i) documento hábil de identidade do acionista ou de seu representante, e do procurador; (ii) em caso de pessoas jurídicas, cópia simples ou original do seu contrato/estatuto social consolidado em vigor, devidamente registrado no respectivo órgão de registro; e (iii) instrumento de procuração, devidamente regularizado na forma da lei. Os documentos e a solicitação de instruções para participação de forma remota deverão ser enviados para a Companhia por meio do seguinte e-mail: eros.canedo@juntossomosmais.com.br. São Paulo, 03 de abril de 2023. Hugo Sogayar Armelin - **Conselho de Administração** - (Assinado digitalmente).

Intimação. Prazo 20 dias. Proc. 1108281-24.2017.8.26.0100
A Dra. Ana Lucia Xavier Goldman, Juza de Direito da 28ª Vara Civil Central/SP, Faz saber a Extrajim Tercerizada de Serviços Ltda CNPJ 05.784.565/0001-20 e Maria da Conceição Lima CPF 320.581.323-04, que Totvs S/A, inscrita no CNPJ 06.238.552/0001-56, que Ediane Johnson Colares Nunes Lda ajuizaram ação de indenização seja declarando inexistente o crédito de R\$ 4.800,00, objeto de duplicata mercantil e cancelamento definitivo do respectivo protesto no nº 1º T-Capital contendo ainda o pagamento de indenização acrescida de custas e honorários advocatícios. Estando a ré em lugar ignorado, expedite-se edital de citação, para que em 15 dias a flur do prazo supra, conteste o feito sob pena de serem aceitos os fatos narrados-se curador especial em caso de revelia. Será o presente edital, por extrato, publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 23 de fevereiro de 2023. **[04.05]**

EDITAL DE CITAÇÃO-PRAZO DE 20DIASPROCESSO Nº**1074512-30.2020.8.26.0100** (OJA) MM. Juza(a) de Direito da 10ª Vara Civil do Foro Central Civil-Estado de São Paulo, D(a) Juza (MM. Juza(a) de Direito da 10ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Civil, Estado de São Paulo, D(a) Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Espólio de Manfredi Abilio Brandi, Espólio de José Galba, Eduardo Carmz de Fomsea, José Cúntio Leone, Maria da Silva Lopes, Michie Kimura, Eduardo Yoshio Kimura, Celso Massayuki Kimura, Renato Yokichi Kimura, Natalie Mastrolfrancesco, Odila Palmieri Brandi, Angélica Galba, Martha Andreass Cammiz da Fonseca, Benedito Lopes Pinheiro, Elodie da Rocha Kimura, Elzele Kimura e Antonio Carlos Ferreira, réus ausentes, incertos, desconhecidos,eventuais interessados,bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Alex Josef Rungel ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Av. Padre Afonso Vieira, nº 3.476, Lote 05, Quadra 05, Parque Brasil, São Paulo/SP, CEP 04188-003, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expedite-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a flur após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[04.05]**

EDITAL DE INTIMAÇÃO - PRAZO DE 20 DIAS PROCESSO Nº **0026088-76.2022.8.26.0002** (OJA) MM. Juza(a) de Direito da 14ª Vara Civil do Foro Central Civil - Santo Amaro, Estado de São Paulo, D(a) ALEXANDRE BATISTA ALVES, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) SNAPPER SUPORTES E SERVIÇOS ESPECIALIZADOS LTDA. - ME. CNPJ 10.185.213/0001-30, que por este Juízo, tramita de uma ação de Cumprimento de sentença, movida por CEMULTI 77 CESARI EMPRESA MULTIMODAL DE MOVIMENTAÇÃO DE MATERIAS LTDA. Encontrando-se o réu em lugar ignorado, expedite-se o presente edital, para que em 3 dias, a flur do prazo supra, pague o valor do débito e honorários advocatícios de 10%, sobre o valor total da dívida (art. 523, §1º do CPC), iniciando-se o prazo de 15 dias para que, independentemente de penhora ou nova intimação, apresente, nos próprios autos, sua impugnação. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. NADA MAIS. Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de janeiro de 2023. **[04.05]**

EDITAL DE CITAÇÃO expedido nos autos da Ação de Usucapião, PROCESSO Nº **1039664-22.2017.8.26.0100** (OJA) MM. Juza(a) de Direito da 2ª Vara de Registros Públicos, do Foro Central Civil, Estado de São Paulo, D(a) Carolina Pereira de Castro, na forma da Lei, etc. FAZ SABER a(o) Espólio de Manfredi Abilio Brandi, Espólio de José Galba, Eduardo Carmz de Fomsea, José Cúntio Leone, Maria da Silva Lopes, Michie Kimura, Eduardo Yoshio Kimura, Celso Massayuki Kimura, Renato Yokichi Kimura, Natalie Mastrolfrancesco, Odila Palmieri Brandi, Angélica Galba, Martha Andreass Cammiz da Fonseca, Benedito Lopes Pinheiro, Elodie da Rocha Kimura, Elzele Kimura e Antonio Carlos Ferreira, réus ausentes, incertos, desconhecidos,eventuais interessados,bem como seus cônjuges e/ou sucessores, que Alex Josef Rungel ajuizaram ação de USUCAPIÃO, visando declaração de domínio sobre imóvel localizado na Av. Padre Afonso Vieira, nº 3.476, Lote 05, Quadra 05, Parque Brasil, São Paulo/SP, CEP 04188-003, alegando posse mansa e pacífica no prazo legal. Estando em termos, expedite-se o presente edital para citação dos supramencionados para contestarem no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a flur após o prazo de 20 (vinte) dias da publicação deste edital. Não sendo contestada a ação, o réu será considerado revel, caso em que será nomeado curador especial. Será o presente edital, por extrato, afixado e publicado na forma da lei. **[04.05]**

EDITAL DE CIENCIA DE LEILAO
Contrato 812210047142

Pelo presente edital e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultara(m)-se ou recusara(m) o recebimento, vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso de prazo para purgação de débito, dando prosseguimento a realização da hasta pública do IMÓVEL: RUA SAO FELIX DO PIAUI, Nº 360, APARTAMENTO Nº 43, 4º ANDAR DO BLOCO A, CONDOMÍNIO PRIMAVERA, DISTRITO DE ITAQUERA, SÃO PAULO/SP.

Primeiro público leilão: 04/05/2023 a partir das 11:00 as 11:15 horas
Segundo público leilão: 24/05/2023 a partir das 11:00 as 11:15 horas

Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS – COD. 2887 NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP.
Credor Hipotecário: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuário(s):
WAGNER VITORELI, BRASILEIRO, POLICIAL MILITAR, RG. Nº 2

ENGINEERING DO BRASIL S.A. - CNPJ/MF nº 09.433.094/0001-67

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Contexto Operacional: A Engineering do Brasil é uma sociedade anônima de capital fechado, sediada na cidade de São Paulo, fazendo parte do Grupo Engineering, com sede na Itália. A Engineering é uma companhia global de Tecnologia da Informação e Consultoria especializada em Transformação Digital. As principais áreas de atuação da Engineering do Brasil são as áreas Digitex, Proprietary Products & Solutions, System Integration / Consulting e Industry Excellence, visando sempre transformar os processos e negócios das empresas, em modelos operacionais totalmente alinhados com a Era Digital que vivemos. No mercado brasileiro, a base de clientes é representada por empresas de diversos segmentos, sendo os principais: Automotivo, Energia e utilidades, Metais e Minério, Soluções Físicas e Telecomunicação e Mídia. **Resumo Financeiro do Ano:** O ano de 2022 começou com uma perspectiva desafiadora, principalmente pela expectativa do mercado de crescimento zero do PIB para o ano, cenário que refletiu as incertezas relacionadas à recuperação das economias

Balanço Patrimonial em 31 de Dezembro de 2022 e 2021				
(Valores expressos em reais - Centavos omitidos)				
ATIVO	Notas	31/12/2022	31/12/2021	
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	4	36.935.435	46.257.051	
Contas a receber	5	159.353.310	152.944.283	
Partes relacionadas	14	4.023.217	4.007.965	
Impostos a recuperar	6	864.581	5.654.926	
Outros créditos	7	3.138.435	2.050.079	
		204.314.978	210.914.304	
Não circulante				
Impostos diferidos	24	7.900.996	7.226.188	
Investimentos	8	492.809	492.809	
Imobilizado	9	7.800.313	5.549.603	
Intangível	10	13.754.063	7.243.018	
		29.948.181	20.511.618	
Total do ativo		234.263.159	231.425.922	
PASSIVO				
Circulante				
Fornecedores	11	27.592.923	21.563.058	
Salários e encargos sociais	12	30.289.721	30.191.686	
Impostos e contribuições a recolher	13	8.075.555	7.699.489	
Partes relacionadas	14	4.596.591	3.254.512	
Empréstimos com partes relacionadas	15	19.615.313	29.236.410	
Provisão para contingências e riscos	16	23.736.399	21.929.660	
Receitas a apropriar	17	6.009.187	10.048.329	
Passivos de Arrendamentos (IFRS 16)	18	3.271.353	890.338	
Outras obrigações		418.543	1.348.340	
		123.605.585	125.913.578	
Não Circulante				
Empréstimos com partes relacionadas	15	19.615.313	29.236.410	
Passivos de Arrendamentos (IFRS 16)	18	2.807.746	890.338	
		22.423.059	30.126.748	
Patrimônio Líquido				
Capital social	19	51.630.020	51.630.020	
Reserva legal		1.974.890	1.332.444	
Reservas de lucro		34.629.605	23.423.059	
		88.234.515	75.385.596	
Total do passivo e patrimônio líquido		234.263.159	231.425.922	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas explicativas às demonstrações contábeis para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

1. Contexto operacional
A Engineering do Brasil S/A, foi constituída em 08 de fevereiro de 2008, e começou suas operações em 23 de dezembro de 2008. O objetivo social da companhia possui como atividades principais, a comercialização, a importação, a exportação e a prestação de serviços de tecnologia da informação, incluindo assistência técnica, manutenção de software e treinamento, pesquisa e desenvolvimento de projetos.

2. Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis
a) A autorização para conclusão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Administração da Companhia em 26 de janeiro de 2023. Essas demonstrações foram elaboradas e estão apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. A moeda de preparação e apresentação dessas demonstrações contábeis é o Real (R\$). **b)** As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, as quais estão de acordo com as práticas internacionais de contabilidade - IFRS. **2.1. CPC 32/IAS 32 - Imposto de Renda: IRPJ Diferido e CSLL Diferido:** A Companhia está ainda mensurando os efeitos da alteração introduzida no IAS12, que vigora a partir de 01/01/2023, e trata do reconhecimento de impostos diferidos ativos e passivos a partir da data de contração de operações de arrendamento mercantil (IFRS 16).

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas são: **a.** As estimativas contábeis foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos de acordo com julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser re-mensurados nas demonstrações contábeis. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a vida útil do imobilizado, teste de recuperabilidade de ativo intangível (*impairment*) provisões ativas e passivas. A liquidação das transações para crédito de liquidação envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. Anualmente, a Companhia revisa essas estimativas e premissas. **b.** Os montantes incluídos no caixa e equivalentes correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de curto prazo, em montante conhecido, liquida-áveis prontamente e, sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor e são mantidos pelo seu valor justo por meio do resultado. **c.** Os direitos e as obrigações, legal ou contratualmente sujeitas à variação monetária e cambial, são atualizados até a data do balanço patrimonial e as contrapartidas dessas atualizações são refletidas diretamente no resultado do exercício. **d.** O ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários relevantes de curto prazo e os de longo prazo é calculado, e somente registrado, se considerado relevante em relação às demonstrações contábeis da Companhia tomadas em seu todo. Calcula-se esse ajuste com base nos fluxos de caixa previstos e respectivas taxas de juros. A Administração da Companhia concluiu que o ajuste a valor presente de ativos e passivos monetários não tem relevância em relação às demonstrações fi-nanceiras de 31 de dezembro de 2022. **e.** As contas a receber de clientes são registrados pelo valor faturado e ou em função do custo incorrido em cada projeto em andamento, incluindo os respectivos impostos inciden-tes. A provisão para crédito de liquidação duvidosa foi constituída em montante considerado suficiente para suportar as eventuais perdas. **f.** As receitas de prestação de serviços, os custos com compras de licenças e gastos com mão de obra técnica dos projetos são apropriados ao resultado à medida que os projetos avançam, uma vez que a transferência de riscos e benefícios ocorre de forma contínua. Desta forma, é adotado o méto-do chamado de "WIP" (serviços em processo), "percentual de execução ou percentual de conclusão" de cada projeto vendido, ou seja, (i) o reconhecimento das receitas ocorre à medida que a implementação do projeto avança. O método WIP é considerado utilizado a razão do custo incorrido em relação ao custo total orçado dos respectivos projetos sobre as vendas de serviços; (ii). As receitas de vendas de serviços apuradas, conforme o item (i), mensuradas a valor justo, são contabilizadas como contas a receber em contrapartida de receitas de prestação de serviços. As receitas e despesas são apropriadas de acordo com o regime de competência de exercícios. **g.** O investimento em coligada é registrado pelo método do custo de aquisição, considerando que a empresa não detém o controle individual ou conjunto (compartilhado), ou exerce influência significativa sobre a empresa investida, conforme CPC 18 (R2). **h.** O imobilizado é demonstrado ao custo de aquisição e instalação, sendo a depreciação dos bens calculada pelo método linear, com base em taxas apuradas a partir da vida útil econômica estimada dos bens de acordo com o descrito na Nota 9. A Companhia não identificou qualquer evidência que justificasse a necessidade de efetuar provisão para redução do valor dos imobilizados ao seu valor recuperável (CPC 01-R1) em 31 de dezembro de 2022. **i.** Ativos intangíveis consistem em soft-ware de computadores, direitos de uso de software, marcas e amortização são avaliados em valor líquido, mensurados em função do correspondente benefício econômico, ao longo de sua vida útil estimada de três a dez anos, utilizando-se o método linear. Se houver uma indicação de que houve uma mudança significativa na taxa de amortização, na vida útil ou no valor residual de um ativo intangível, a amortização é revista prospectiva-mente para refletir as novas expectativas. Para fins do teste do valor recuperável do ativo gerado em uma combinação de negócios, o montante do ativo apurado é alocado à "Unidade Geradora de Caixa - UGC" para o qual o benefício das sinergias da combinação é esperado. Essa alocação reflexiva não resulta em valor líquido monitorado para fins internos e não é maior que um segmento operacional determinado de acordo com o IFRS 8 e o CPC 22. A Companhia testa anualmente seu ativo e outros ativos de longo prazo e sempre que acontecimentos e circunstâncias indicam que os fluxos de caixa descontados estimados para serem gerados ativos são menores do que o valor contábil desses itens. As estimativas dos valores reais usadas, pela Com-panhia, para calcular a perda por redução do valor de recuperação representam a melhor estimativa da Companhia com base nos fluxos de caixa previstos, tendências do setor e referência às taxas e operações de mercado. **j.** Os demais ativos circulantes e não circulantes são apresentados ao valor de realização. Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis e, quando aplicá-vel, acrescidos dos correspondentes encargos. **k.** As provisões são reconhecidas quando a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos passados; quando é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e quando o valor possa ser estimado com segu-rança. Não são reconhecidas provisões para perdas operacionais futuras. As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação, com o uso de uma taxa antes dos impostos que reflete as avaliações atuais do mercado para o valor do dinheiro no tempo e para os riscos específicos da obrigação. **l.** Empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo custo amortizado. De-mostrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva. **m.** O imposto de renda e a contribuição social cor-rentes são calculados com base no lucro real tributável, às alíquotas estabelecidas respectivamente, nos termos da legislação fiscal vigente. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias e prejuízos fiscais e apresentados no não circulante conforme sua natureza e expectativa de realização. O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos são avaliados anualmente e uma provisão para desvalorização é estabelecida quando o valor contábil não pode ser recuperado com o lucro tributável, presente ou futuro. **n.** A empresa adotou inicialmente o CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos a partir de 1º de janeiro de 2019. O CPC 06 (R2)/IFRS 16 introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendamentos. Um arrendamento reco-nhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções estão dispo-níveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à normal atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais. A norma mudou substituiu as normas de arrendamento existentes, incluindo o CPC 06(R2)/IAS 17 Operações de Arrendamento Mercantil e o ICP 03/IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27 Aspectos Complementares das Operações de Arrendamento Mercantil. **o.** Receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competên-cia. As receitas de serviços são apropriadas ao resultado à medida que os serviços são prestados (custos in-corridos), adotando-se a metodologia denominada "WIP", "percentual de execução ou percentual de concluí-ção" de cada empreendimento. Os custos de licença e mão de obra inerentes aos respectivos empreendimentos vendidos são apropriados ao resultado quando incorridos.

4. Caixa e equivalentes de caixa
Caixa e equivalentes de caixa são mantidos para atender às necessidades de caixa de curto prazo para in-vestimentos estratégicos, capital de giro e para outros fins. Os equivalentes de caixa da Companhia incluem, Certificados de Depósitos Bancários (CDB), depósito em conta corrente e conta para garantia contratual para gestão de risco em aplicações precedentes.

Caixa	31/12/2022	31/12/2021
Moeda Nacional	460	2.880
Moeda Estrangeira	1.488	4.368

Equivalente de caixa	31/12/2022	31/12/2021
Bancos conta movimento	5.072.910	9.511.126
CDB (a)	31.861.037	36.741.557
	31.861.037	31.861.037
	36.935.435	46.257.051

(a) As aplicações em CDB são constituídas visando melhor rentabilidade e o menor nível de risco, remunera-ção condizente com as taxas aplicadas pelo mercado e liquidez em até 90 dias.

5. Contas a receber
A seguir apresentamos os montantes a receber no mercado interno e externo:

	31/12/2022	31/12/2021
Mercado interno	94.963.866	151.054.851
Mercado externo	64.862.552	2.334.238
Contas a receber bruto	159.826.418	153.389.089
(-) Provisão para crédito de liquidação duvidosa	(473.108)	(444.806)
Contas a receber líquido	159.353.310	152.944.283

A Companhia reconhece perdas de crédito esperadas para contas a receber de clientes em montante suficien-te baseado na experiência de desempenho e julgamentos críticos que a companhia mensura através de aging-list e baseada na experiência de perda de crédito histórico, quando tal informação representa a melhor informação razoável e sustentável, ou, ajustada com base em dados observáveis atuais para refletir os efeitos das condições atuais e futuras do cliente. A seguir apresentamos a movimentação da provisão para crédito de liquidação duvidosa:

	31/12/2022	31/12/2021
Saldo no início do ano	(444.806)	(794.089)
Aumento inicial IFRS 15 (CPC 47)	147.053	147.053
Aumento (redução) da provisão para crédito de liquidação duvidosa	(175.355)	202.230
Saldo no final do exercício	(473.108)	(444.806)

O montante a receber por idade de vencimento, descontado das provisões para crédito de liquidação duvidosa é composto da seguinte maneira:

	2022	2021
A vencer	56.796.167	41.417.658
A futuro	91.943.271	98.640.751
Títulos vencidos	148.739.438	140.058.409
De 01 a 30 dias	119.413	986.769
De 31 a 60 dias	-	1.993.331
De 61 a 90 dias	7.982	39.378
De 91 a 120 dias	24.687	-
Acima de 120 dias	10.934.898	10.311.479
Contas a receber líquido	159.826.418	153.389.090

(a) Referente a um único projeto que já foi finalizado e que a empresa está em negociação, visando ajustar junto ao cliente um plano de recebimento. A parte que a empresa julga de difícil realização está provisionada como adequação de escopo de projeto. (vide nota 16)

6. Impostos a recuperar
A seguir apresentamos os montantes de tributos a recuperar por esfera governamental:

	31/12/2022	31/12/2021
Tributos Municipais	198	198
Tributos Estaduais (a)	20.713	898.437
Tributos Federais	706.436	4.189.814
Outros	137.234	206.587
	864.581	5.654.926

(a) Referente a crédito de ICMS oriundo de projetos anteriores com prescrição de extinção previsto para o ano de 2021. A Administração julga ser necessário a realização de provisão total desse valor de que é de difícil realização. Vide nota (16).

7. Outros créditos

local e global no período pós-pandemia. No entanto, a economia brasileira superou as expectativas e o cres-cimento anual é de aproximadamente 2,9%, segundo relatório do Banco Central do Brasil. Embora o cenário global aponte para preocupações com o aumento da inflação, as medidas domésticas têm proporcionado ao Brasil um impacto mais sensível na taxa de inflação (5,79%), posicionando-se entre as seis maiores taxas de inflação em 2022 entre os países do G20. A aceleração na adoção do processo de transformação digital e tecnologia da informação nas empresas, favoreceu o crescimento local da empresa, que teve um aumento da receita em relação a 2021 de 8% e aumento das receitas recorrentes (Time & Material e Maintenance) de 55%. Também avanços na expansão do negócio de gerenciamento de APIs com o desenvolvimento do produto DHUU, que nos permitiu uma oferta maior de Software como Serviço (SaaS). A Engineering do Brasil acredita no desenvolvimento pessoal para o crescimento coletivo e investe em alta qualificação para gerar

Demonstração dos resultados dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021				
(Valores expressos em reais - Centavos omitidos)				
	Notas	2022	2021	
Receita bruta				
Serviços prestados	21	287.776.247	267.175.120	
Imposto sobre serviços prestados	21	(30.948.019)	(28.399.727)	
Receita operacional líquida		256.828.228	238.775.393	
Custo dos serviços prestados	22	(193.294.386)	(169.800.612)	
Lucro Bruto		63.533.843	68.964.484	
Despesas operacionais				
Despesas gerais e administrativas	22	(46.191.303)	(44.092.623)	
Despesas tributárias	22	(2.791.662)	(2.249.155)	
Provisão para contingências e riscos	16	(2.607.255)	(668.950)	
Total Despesas operacionais		(51.590.220)	(47.010.728)	
Resultado financeiro líquido		12.848.920	21.953.761	
Lucro antes do imposto		20.290.573	20.834.117	
Impostos diferidos	24	(8.116.461)	(5.785.763)	
Lucro líquido do semestre		12.848.920	15.048.354	
Lucro líquido por ação		0,25	0,24	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido Para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2022 e 2021					
Eventos	Capital Social	Reserva legal	Reserva de Lucro	Lucros acumulados	Total patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020	51.630.020	703.571	10.474.550	-	62.808.141
Ganhos com investimentos	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.577.455	12.577.455
Transferências	-	628.873	11.948.582	(12.577.455)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	51.630.020	1.332.444	22.423.132	-	75.385.596
Ganhos com investimentos	-	-	-	-	-
Lucro líquido do exercício	-	-	-	12.848.920	12.848.920
Transferências	-	642.446	12.206.473	(12.848.920)	(1)
Saldos em 31 de dezembro de 2022	51.630.020	1.974.890	34.629.605	-	88.234.515

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.

concluiu a análise de viabilidade da aquisição, mas de maneira conservatória registrou-se provisão para a possível não realização da opção de compra, conforme nota (16).

Eng. Investimentos	Participação	2022	2021
Coligada	8,82%	492.809	492.809
		492.809	492.809

(a) Em 31 de dezembro de 2016 a Engineering do Brasil S.A optou por não exercer seu direito de preferência na subscrição das ações, referente ao aumento de capital ocorrido na mesma data, tornando a Engi da Argentina em uma empresa coligada registrada pelo seu custo histórico de investimento. (b) Em decorrência da aquisição da Engi da Argentina, a Engenharia do Brasil S.A. adquiriu o controle da Engi da Argentina em 9 de agosto de 2021 a Engineering do Brasil S.A. realizou um aumento de capital no montante de R\$ 182.786.

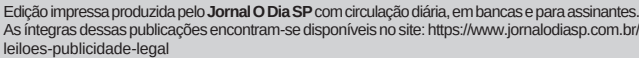
9. Imobilizado
Os ativos imobilizados estão demonstrados pelos custos de aquisição ou custos de desenvolvimento, que compreendem também os custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo em condições de operação e são depreciados pelo método linear, com base na sua vida útil estimada a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados. A seguir apresentamos detalhes do ativo imobilizado da Companhia bem como a composição do direito de uso e passivo por arrendamento:

	Total	Adições	Baixas	Transf.	31.12.2022
Imobilizado	31.12.2021				
Bens em imóveis de terc.	3.325.459	75.916	(333.380)	-	3.067.994
Móveis e utensílios	1.272.837	5.414	(129.325)	-	1.148.926
Computadores e periféricos	4.760.700	2.340.739	(789.154)	(2.072.705)	4.239.580
Máquinas e equipamentos	214.250	-	-	-	214.250
Total Custo de aquisição	9.573.246	2.422.068	(1.251.859)	(2.072.705)	8.679.750
Bens em imóveis de terc.	20% (1.611.038)	(283.392)	200.939	-	(1.693.492)
Móveis e utensílios	10% (610.422)	(105.324)	93.117	-	(622.629)
Computadores e periféricos	20% (3.486.378)	(490.003)	627.502	-	(3.348.878)
Máquinas e equipamentos	10% (186.649)	(9.027)	-	-	(195.676)
Total Custo depreciação	(5.894.487)	(887.746)	921.558	-	(5.860.675)
Total	3.678.759	1.534.323	(330.301)	(2.072.705)	2.810.075

Direito de uso (IFRS 16)	31/12/2021	Adições	Baixas	Transf.	31/12/2022
Localização de Sede	4.175.682	660.000	(1.708.777)	-	3.126.905
Localização de Veículos	3.261.375	566.068	(411.772)	-	3.415.672
Leasing Hardware	1.935.801	798.834	(2.072.705)	-	1.661.930
Total Custo de aquisição	9.272.866	1.226.068	(2.919.382)	2.072.705	9.652.257
Amortização (Ifrs16) Sede	(892.208)	(1.087.718)	34.308	-	(1.945.617)
Amortização (Ifrs16) Auto	(652.957)	(929.421)	153.642	-	(1.428.737)
Amortização (Ifrs16) Hardware	(5.856.856)	(1.036.381)	5.605.572	-	(1.287.665)
Total Amortização	(7.402.021)	(3.053.520)	5.793.521	-	(4.662.019)
Total	1.870.845	(1.827.451)	(874.133)	2.072.705	4.990.238

10. Intangível
(a) A Companhia buscou adequar suas estruturas físicas a nova realidade do trabalho de home office, diminuindo o espaço de trabalho nas sedes de Belo Horizonte e Santo André com a entrega de alguns andares que ocupava para desenvolver suas atividades.

	31/12/2021	Aquisições	Baixas	Transf.	31/12/2022
Software	37.956.412	118.694	-	1.871.629	39.



CNPJ nº 26.713.568/0001-43

Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A CNPJ nº 25.763.568/0001-43									
As demonstrações financeiras completas, respectivas notas explicativas, encontram-se disponíveis na sede da companhia. A Administração									
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro 2021 e 2020 (Em Milhares de Reais)						Demonstração do Resultado do Exercício para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2021 (Em Milhares de Reais)			
ATIVO	2021	2020	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2021	2020			2021	2020
Circulante	979	10.230	Circulante	8.545	927	Descrição			
Caixa e Equivalentes de Caixa	2	4	Fornecedores de bens e serviços	-	9	Receita bruta operacional	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	715	10.136	Emprestimos e financiamentos	-	-	Incorporação e venda de imóveis	-	-	-
Contas a receber	-	-	Provisão para manutenção de imóveis	-	-	Loteamento	-	-	-
Imóveis a comercializar	-	-	Impostos e contribuições a recolher	22	8	Provisão para Distrito	-	-	-
Impostos e contribuições a compensar	-	-	Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	-	-	Prestação de serviços e outras	-	-	-
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	-	-	Salários, encargos sociais e participações	39	5	Deduções da receita bruta	-	-	-
Despesas com vendas a apropriar	-	-	Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	Receita líquida operacional	-	-	-
Despesas Antecipadas	262	89	Dividendos a pagar	-	-	Dos imóveis vendidos	-	-	-
Demaís contas	-	1	Obrigações a pagar com partes relacionadas	6.937	905	Loteamento	-	-	-
Não Circulante	36.523	16.951	Adiantamentos de clientes	-	-	Provisão para Distrito	-	-	-
Realizável a longo prazo	10.331	1.153	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	-	Da prestação de serviços	-	-	-
Contas a receber	-	-	Demaís contas	1.548	-	Quota das vendas e serviços realizados	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	500	Não Circulante	-	-	Lucro bruto operacional	-	(1.474)	(98)
Contas-correntes com parceiros	-	-	Exigível a longo prazo	-	-	Recitas (despesas) operacionais	-	(403)	(11)
nos empreendimento	-	-	Emprestimos e financiamentos	-	-	Despesas com vendas	-	(251)	(82)
Créditos a receber	-	-	Provisão para manutenção de imóveis	-	-	Despesas com honorários da administração	-	(817)	-
com partes relacionadas	10.232	609	Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	Resultado de participações societárias:	12.328	16.787	-
Impostos e contribuições a compensar	99	44	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	-	-	Equivalência patrimonial	12.328	16.787	-
Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	-	-	Impostos e contribuições de recolhimentos diferidos	-	-	Outros resultados nos investimentos	-	-	-
Imóveis a comercializar	-	-	Adiantamentos de clientes	-	-	Outras recitas (despesas) operacionais, líquidas	(3)	(5)	-
Demaís contas	-	-	Patrimônio líquido	28.952	26.255	Lucro bruto antes do resultado financeiro	10.854	10.689	-
Investimentos em controladas e coligadas	25.226	15.798	Capital social	1.090	40	Resultado Financeiro	652	105	-
Imobilização	14	-	Reservas de lucros:	-	-	Despesas financeiras	(2)	(1)	-
Intangível	853	-	Reserva legal	2.137	1.596	Recitas financeiras	652	105	-
			Reservas de Capital	-	-	Lucro antes do IR e CS	11.505	16.793	-
			Dividendos distribuídos	(8.400)	(1.060)	Imposto de renda e contribuição social	(197)	(25)	-
			Lucros/Prejuízos Acumulados	34.130	24.629	Diferido	-	-	-
			Adiantamento para futuro aumento de capital	-	-	Corrente	(197)	(25)	-
			Lucros/Prejuízos no período	-	1.051	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	10.308	16.768	-
Total do Ativo	37.502	27.181	Total do Passivo e Patrimônio Líquido	37.502	27.181	Parcela do lucro atribuída aos acionistas não controladores	-	-	-
						Lucro líquido atribuído aos acionistas da controladora	11.308	16.768	-

CNPJ nº 26.713.568/0001-43

Cyma Desenvolvimento Imobiliário S/A										
CNPJ nº 26.713.568/0001-43										
As demonstrações financeiras completas, respectivas notas explicativas, encontram-se disponíveis na sede da companhia. A Administração										
Balancos Patrimoniais Levantados em 31 de Dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)						Demonstração do Resultado do Exercício para o Exercício Fimdo em 31 de Dezembro de 2022 e 2021				
		2022	2021							
ATIVO				PASSIVO e PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	2021				
Circulante		108	979	Circulante	7.933	8.545	Descrição	(Em milhares de Reais)	2022	2021
Caixa e Equivalentes de Caixa	-	2	2	Fornecedores de bens e serviços	6	-	Recruta bruta operacional	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	20	715	-	Empréstimos e financiamentos	-	-	Incorporação e revenda de imóveis	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	Provisão para manutenção de imóveis	-	-	Letameamento	-	-	-
Imóveis a comercializar	-	-	-	Impostos e contribuições a recolher	2	22	Provisão para Distrato	-	-	-
Impostos e contribuições a compensar	-	-	-	de recolhimentos diferidos	-	-	Prestação de serviços e outras	-	-	-
Impostos e contribuições de	-	-	-	Salários, encargos sociais e participações	25	39	Deduções da receita bruta	(6)	-	-
recolhimentos diferidos	-	-	-	Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	Recruta líquida operacional	(6)	-	-
Despesas com vendas a apropriar	-	-	-	Dividendos a pagar	-	-	Dos imóveis vendidos	-	-	-
Despesas Antecipadas	86	262	-	Obrigações a pagar	-	-	Letameamento	-	-	-
Demaís contas	-	-	-	com partes relacionadas	7.900	6.937	Provisão para Distrato	-	-	-
Não Circulante	43.302	36.523		Adiantamentos de clientes	-	-	Da prestação de serviços	-	-	-
Realizável a longo prazo	2.546	10.331		Provisões para riscos	-	-	Custo das vendas e serviços realizados	-	-	-
Contas a receber	-	-	-	fiscais, trabalhistas e civis	-	1.548	Lucro bruto operacional	(6)	-	-
Títulos e valores mobiliários	-	-	-	Demaís contas	-	-	Recitas (despesas) operacionais	(1.611)	(1.474)	-
Contas-correntes com	-	-	-	Não Circulante	-	-	Despesas com vendas	(180)	(403)	-
parceiros nos empreendimentos	-	-	-	Exigível a longo prazo	-	-	Despesas gerais e administrativas	(1.600)	(251)	-
Créditos a receber com	-	-	-	Empréstimos e financiamentos	-	-	Despesas com honorários da administração	(1.268)	(817)	-
partes relacionadas	2.448	10.232	-	Provisão para manutenção de imóveis	-	-	Resultado de participações societárias:	8.750	12.328	-
Impostos e contribuições a compensar	97	99	-	Contas a pagar por aquisição de imóveis	-	-	Equivalência patrimonial	11.191	12.328	-
Impostos e contribuições	-	-	-	Provisões para riscos	-	-	Outros resultados nos investimentos	(2.441)	-	-
de recolhimentos diferidos	-	-	-	fiscais, trabalhistas e civis	-	-	Outras receitas (despesas)	-	-	-
Imóveis a comercializar	-	-	-	Impostos e contribuições	-	-	operacionais, líquidas	(4)	(3)	-
Demaís contas	-	-	-	de recolhimentos diferidos	-	-	Lucro bruto antes do resultado financeiro	7.133	10.854	-
Investimentos em	-	-	-	Adiantamentos de clientes	-	-	Resultado Financeiro	(489)	650	-
controladas e coligadas	33.077	25.226	-	Patrimônio líquido	35.478	28.957	Despesas financeiras	(803)	(2)	-
Imobilizado	9	14	-	Capital social	1.090	1.090	Recitas financeiras	314	652	-
Intangível	7.671	953	-	Reservas de lucros:	-	-	Lucro antes do IR e CS	6.644	11.505	-
				Reserva legal	218	2.137	Imposto de renda e contribuição social	(47)	(197)	-
				Reservas de Capital	-	-	Diferido	-	-	-
				Dividendos distribuídos	-	(8.400)	Corrente	(47)	(197)	-
				Lucros/Prejuízos Acumulados	34.100	34.130	Lucro/Prejuízo líquido do exercício	6.597	11.308	-
				Adiantamento para futuro aumento de capital	70	-	Parcela do lucro atribuída aos	-	-	-
				Lucros/Prejuízos no período	-	-	acionistas não controladores	-	-	-
Total do Ativo	43.410	37.502		Total do Passivo e Patrimônio Líquido	43.410	37.502	Lucro líquido atribuído aos	-	-	-
							acionistas da controladora	6.597	11.308	-

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 4130031306

dos os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 79ª (Septuagésima Nona) Primeira emissão da Bari Securitizadora SA ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 79ª Série da 1ª (Primeira) Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora SA, celebrado em 5 de maio de 2020, de Securitização), e o Vórtice Distribuidor de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4ª andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/001-88 na qualidade de Agente Fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participação da Assembleia Geral Extraordinária dos CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 08 de maio de 2023, às 10 horas (10h), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet", da Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado para todos, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, e convocou os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2022, acompanhadas dos auditores independentes, sem opinião modificada, cujo inteiro teor está disponibilizado na Emissora (acessar www.barisec.com.br, br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRI's" da Emissora do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"); (ii) A alteração da cláusula 12.3 do Termo de Securitização para que todas as publicações ocorram exclusivamente de maneira digital na página de informações do patrimônio separado no *website* da Emissora, e; (iii) Autorização à Emissora, como o Agente Fiduciário, para realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a: (i) aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto da entidade, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço: agenciadigital@vortex.com.br com cópia para pos-emissao@barisec.com.br e acesso à plataforma eletrônica será disponibilizada pela Emissora apenas aos titulares dos CRI manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e em 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 41300313067

Ficam convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 83ª (Oitogésima Terceira) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Emissora", respectivamente) nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 83ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 14 de julho de 2020 ("Termo de Securitização"), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participação da Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 08 de maio de 2023, às 17 horas ("Assembleia"), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet" administrada pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM 60"), sendo o acesso disponibilizado pela Emissora, individualmente aos titulares do CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, e Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2022, acompanhada do relatório dos auditores independentes, sem opinião modificada, cujo inteiro teor está disponibilizado no website da Emissora, (acessar www.barisec.com.br), buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRI's" "Demonstrações do Patrimônio Separado", pesquisar pela "Série"); (ii) A alteração da cláusula 12.3 do Termo de Securitização para que todas as publicações ocorram exclusivamente de maneira digital na página que contém as informações do patrimônio separado no website da Emissora, e; (iii) Autorizar a Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, a realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social), ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: agentefiduciario@vortex.com.br com cópia para pos-emissao@barisec.com.br. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 4130031306

Acima convocados os titulares dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 84ª (Oitogésima Quarta) Série da 1ª (Primeira) emissão da Bari Securitizadora S.A. (“CRI”, “Emissão” e “Emissora”, respectivamente), nos termos da cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 84ª Série da 1ª (Primeira) Emissão de Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 14 de julho de 2020 (“**Termo de Securitização**”), e Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 215, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia (CNPJ) sob o nº 22.610.500/0001-88 na qualidade de agente fiduciário (“**Agente Fiduciário**”), a participarem da **Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares de CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 09 de maio de 2023, às 10 horas (“Assembleia”), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online** na plataforma “Google Meet”, administrada pela Emissora, **sem possibilidade de participação de forma presencial**, nos termos da Resolução CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 (“**Resolução CVM 60**”), sendo o acesso disponibilizado, pela Emissora, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, a Emissora convoca os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2022, acompanhada do relatório dos auditores independentes, sem opinião modificada, cujo inteiro teor está disponibilizado no *website* da Emissora, (acessar www.barisec.com.br), buscar o ícone “Demonstrações Financeiras CRI’s”, “Demonstrações do Patrimônio Separado”, pesquisar pela “Série); (ii) A alteração da cláusula 12.3 do Termo de Securitização para que todas as publicações ocorram exclusivamente de maneira digital na página que contém as informações do patrimônio separado no *website* da Emissora, e, (iii) Autorização à Emissora, em conjunto com o Agente Fiduciário, para realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, à celebração de aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização. Os titulares dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) horas de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto social, ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço eletrônico: agente.fiduciario@vortex.com.br com cópia para pos-emissao@barisec.com.br. O link de acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos e no prazo de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência **atras informados**.

CNPJ/ME 10.608.405/0002-41 - NIRE 4130031306

dos títulos dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da 82ª (oitava Segunda) Primeira emissão da Bari Securitizadora S.A. ("CRI", "Emissão" e "Omissão", respectivamente) na cláusula 12.3 do Termo de Securitização de Créditos Imobiliários da 82ª Série da 1ª (primeira) Emissão dos Certificados de Recebíveis Imobiliários da Bari Securitizadora S.A. celebrado em 19 de junho de 2016 (Termo de Securitização), e o Vórtx Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., sociedade anônima com sede na Cidade e Estado de São Paulo, na Rua Gilberto Sabino, nº 2.15, 4º andar, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Economia ("CNPJ") sob o nº 22.610.500/0001-98 na qualidade de Agente Fiduciário ("Agente Fiduciário"), a participação na Assembleia Geral Extraordinária dos Titulares do CRI, em primeira convocação, a ser realizada no dia 08 de maio de 2023, às 15 horas (15h), de modo exclusivamente digital, por videoconferência online na plataforma "Google Meet" (Google), pela Emissora, sem possibilidade de participação de forma presencial, nos termos das disposições do CVM nº 60, de 23 de dezembro de 2021 ("Resolução CVM.60"), sendo o acesso disponibilizado para todos os titulares do CRI, individualmente aos titulares dos CRI devidamente habilitados nos termos deste Edital, e convocou os titulares de CRI para deliberar sobre a: (i) aprovação ou não das demonstrações financeiras da Emissora, (acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRI's") e (ii) alteração do Patrimônio Separado referente ao exercício social findo em dezembro de 2022, acompanhadas dos auditores independentes, sem opinião modificativa, cujo inteiro teor está disponibilizado no site da Emissora, (acessar www.barisec.com.br, buscar o ícone "Demonstrações Financeiras CRI's") e (iii) alteração do Patrimônio Separado, pesquisar pela "Série"); (ii) A alteração da cláusula de 12.3e do Termo de Securitização para que todas as publicações ocorram exclusivamente de maneira digital e páginas eletrônicas das informações do patrimônio separado no *website* da Emissora, e; (iii) Autorização à Emissora, ao Agente Fiduciário, para realizar todos os atos e celebrar todos e quaisquer documentos necessários para a implementação das deliberações desta Assembleia, incluindo, mas não se limitando, a: (i) aditamentos aos Documentos da Operação, conforme previsto no Termo de Securitização dos CRI que desejarem participar da Assembleia deverão encaminhar, em até 48 (quarenta e oito) dias de antecedência da realização da Assembleia, os documentos de representação (contrato/estatuto/ata de eleição, procuração, e documento de identificação RG e CPF dos signatários) para o seguinte endereço: agente.fiduciario@vortex.com.br com cópia para pos-emissao@barisec.com.br e acesso à plataforma eletrônica será disponibilizado pela Emissora apenas aos titulares dos CRI que manifestarem interesse em participar da Assembleia, através dos endereços eletrônicos de 48 (quarenta e oito) horas de antecedência acima informados.

EDITAL DE INTIMAÇÃO – PRAZO DE DIAS. PROCESSO Nº 0040538-08.2022.8.26.010 Q/A) MJM Juiz(a) de Direito da 2ª Vara Cível do Foro Central Cível, Estado de São Paulo. D(r)a Cláudio Antonio Marques, na forma da Lei nº FAZ SABER Edital de Intimação, Prazo de 20 dias. Processo nº 0040538-08.2022.8.26.010 O Dr. Claudio Antonio Marques, titular do cargo de juiz cível no Poder Judiciário do Brasil e no âmbito da Justiça Federal do Rio Grande do Sul, vem por meio deste intimar o Sr. MARIANE DA SILVA MUNNIN LEITE para comparecer ao ato de Indenização Por Danos Materiais e Morais ora em fase de Cumprimento de Sentença. Encontrando-se executado em lugar incerto e não sabido, foi determinada a sua Intimacao Por edital, com prazo de 20 (vinte) dias, sob pena de multa diária de R\$ 200,00 (duzentos reais), acrescida de honorários advocatícios inclusive advertindo-se que, em caso de descumprimento, será acrescida a multa de 10% (dez por cento) e os honorários de advogado de 10%, nos termos do artigo NGPC art. 513 § 2º IV). Será o presente edital, por extrato, publicado no Diário Oficial da União, seção I, datado de 27/09/2023. NADA MAIS! Nada e passivo neste sentido. São Paulo, 26 de janeiro de 2023.

34° VERA CIVEI CITRAL/SP - Praga João Mendes s/nº 11º andar salas nºs
171 08129 Centro CEP 01501-900 Fone: 011 2171-6233 São Paulo-SP.
E-mail:sc34cv@tsp.jus.br EDITAL de **CITACÃO** Prazo de 40 dias - Processo
nº 171 08129-3, 0123-2, 0123-3 e 0123-4 do J.º de Direito da Família do TJ-SP.
Foro Central do Juiz Estrado de São Paulo, Dr. **ADRIANA SACHSDA GARCIA**, Co-
gorna da Lei, etc. **FAZ SABER A RONELI DOS SANTOS VIEIRA** (CPF 052.902.023-
0) que foi condenado ao pagamento de RS1.071,00 (no adjuízoamento) a ser
mismo visando à condenação no pagamento de RS1.071,00 (no adjuízoamento) a ser
atualizado e acrescido das cominações legais, referente a dano material causa-
do em acidente de trânsito ocorrido em 20/05/2019. Confrontando-se o réu em lugar ignorado, foi deferida a
colisão trazeira pelo veículo do réu, VW Gol placas DDP 8797, em acidente
ocorrido em 20/05/2019. Encontrando-se o réu em lugar ignorado, foi deferida a
supra **CONTESTE** o feito, sob pena de presumirem-se verdadeiros os fatos
alegados e cliente de que não havendo manifestação isto será nomeado **CURADOR**
para representar o réu em todo o processo, inclusive para pagar as custas mais,
Dado e passado nesta cidade de São Paulo, aos 30 de março de 2023.

04 e 05/04

Pelo presente Edital de Notificação e para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultara(m)-se ou recusara(m) o recebimento da notificação pessoal pelo oficial do cartório, fica(m) **NOTIFICADO(S)** o(s) mutuário(s) abaixo para ciência de que estamos autorizados na forma do Decreto-Lei nº 70 de 21/11/66 e das normas complementares do S.F.H. nos termos do artigo 15 da RD 08/70 e artigos 19 e 21 da Lei nº 8.004 de 14/03/1990, e pelo credor exequente a dar prosseguimento e promover a **EXECUÇÃO EXTRAJUDICIAL** da(s) HIPOTECA(S) que oneram o(s) imóvel(s) a seguir descrito(s), em favor da **EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA**. Fica(m) identificado(s), outrossim, de que têm o prazo de 20 (vinte) dias contados de **04/04/2023** para purgar(em) o débito e evitar(em) a execução extrajudicial. Quaisquer informações ou providências deverá entrar em contato com a EMGEA através do telefone 0800-717-7742 ou pelo site www.emgea.gov.br, ou através do e-mail fabianasilva@afidsp.com.br, telefone nº 11-2791-2274.

Contrato: 902449262787 - SED: 1354 - CREDOR: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA - AGENTE: COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI - CHP DEVEDOR(ES): CLAUDIO WINTER, BRASILEIRO, ANALISTA DE SISTEMA, RG Nº 14.124.516-SP, CPF: 025.442.848-70, SOLTEIRO, MAIOR e cônjuge, se casado(a) estiver e CASSIO LUIZ MACHADO DE CAMPOS, BRASILEIRO, SEPARADO CONSENSUALMENTE, SUPERVISOR DE PRODUÇÃO, RG Nº 8.983.573-SP, CPF: 011.905.898-77. Imóvel sito à RUA ROQUE DE MORAIS, Nº 271, APARTAMENTO Nº 22, LOCALIZADO NO 2º ANDAR DO BLOCO D-1, EDIFÍCIO URUGUAI, CONJUNTO RESIDENCIAL DAS AMERICAS, NO 44º SUBDISTRITO LIMÃO, SÃO PAULO/SP.

São Paulo, 04/04/2023.
COMPANHIA HIPOTECARIA PIRATINI – CHF
Agente Fiduciário

04, 05 e 06/04/202

Pelo presente edital para ciência do(s) interessado(s), que se encontra(m) em lugar incerto e não sabido, ou ocultar(m)-se ou recusar(m) o recebimento, vimos Cientificar o(s) mutuário(s) abaixo, devido decurso de prazo para purgação de débito, dando prosseguimento a realização da hasta pública do IMÓVEL: ALAMEDA SUBTENENTE FRANCISCO HIERRO, Nº 360, APARTAMENTO Nº 14, BLOCO B, CONDOMÍNIO MANSÃO DE VERONA, 36º SUBDISTRITO VILA MARIA, SÃO PAULO/SP.

ando público leilão: 24/05/2023 a partir das 11:00 as 11:15 horas

Local: Em frente à agência da Caixa Econômica Federal – AG. ESTADOS UNIDOS – COD. 2887 NA RUA ESTADOS UNIDOS, Nº 1898, JARDIM AMERICA, SÃO PAULO/SP.

Credor Hipotecário: EMPRESA GESTORA DE ATIVOS - EMGEA Mutuário(s):

MARCIO DOS ANJOS DA COSTA, BRASILEIRO, ECONOMISTA, RG Nº 12.237.523-SP, CPF: 045.454.758-76, SOLTEIRO, MAIOR e cônjuge, se casado(a) estiver E ELY MAIA DA COSTA, BRASILEIRO, FUNCIONÁRIO PÚBLICO, RG Nº 2.786.667-SP, CPF: 334.046.668-87, CASADO SOB O REGIME DA COMUNHÃO DE BENS, ANTES DA LEI 6.515/77 COM JUREMA DOS ANJOS DA COSTA, BRASILEIRA, DO LAR, RG Nº 12.236.823-SP.

2º Leilão ocorrerá se não houver licitante que ofereça lance mínimo para venda no 1º Leilão.

Informações nos telefones 11-97334-6595. ENDEREÇO DO LEILOEIRO:
Avenida Calim Eid, nº 2842, Sala 08, Vila Ré, São Paulo/SP. E-mail:
fabianasilva@afdsp.com.br.

São Paulo, 05 de abril de 2023
HELIO JOSE ABDU - JUCESP 603.
Leiloeiro Público Oficial

05/04, 06/04 e 07/04/2023

Governo suspende cronograma de implementação do Novo Ensino Médio

Cresce número de crianças internadas por vírus respiratório

O Boletim InfoGripe, divulgado pela Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) na terça-feira (4), aponta que aumentou muito em 15 estados o número de crianças internadas por vírus respiratório.

O crescimento de internações de adultos por covid-19, segundo o boletim, é observado em 10 estados e atinge com risco muito maior àqueles que estão em atraso com o calendário de vacinação ou que sequer foram imunizados com a primeira dose da vacina.

A análise consta dos dados inseridos no Sistema de Informação da Vigilância Epidemiológica da Gripe (Sivep-Gripe) e refere-se à Semana Epidemiológica (SE) 12, de 19 a 25 de março.

O estudo aponta que em oito estados - Bahia, Ceará, Mato Grosso do Sul, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina e São Paulo - e no Distrito Federal constata-se o crescimento de covid-19 em todas as faixas etárias. Já no Amapá, Espírito Santo, Maranhão, Sergipe e no Tocantins, o aumento é de internações por vírus respiratório, e está concentrado basicamente nas crianças.

O pesquisador e coordenador do InfoGripe, Marcelo Gomes, recomenda que se a criança estiver com sintoma de

infecção respiratória, o ideal é não mandá-la para a escola ou creche. “Dessa forma podemos tentar frear a disseminação do vírus respiratório em crianças”, alerta.

Até hoje, o país registra um percentual muito elevado de crianças que não foram vacinadas contra a covid-19.

O pesquisador lembra aos pais ou responsáveis que por mais que a covid-19 atinja com maior intensidade os adultos, os pequenos não vacinados também correm um risco importante de contrair a doença. “A melhor forma de proteção é tomar a vacina e usar boas máscaras, especialmente quem está com sinal de infecção respiratória ou quem vive com alguém que faz parte do grupo de risco”, esclareceu Gomes.

Casos

Nas quatro últimas semanas epidemiológicas, a prevalência entre os casos com resultado positivo para vírus respiratórios foi de 46,2% para Sars-Cov-2 (covid-19); 3,3% para Influenza A; 3,7% para Influenza B e 36,2% para vírus respiratório.

Entre os óbitos, a presença do vírus foi de 82,7% para covid-19; 4,6% para Influenza A; 3,6% para Influenza B e 6,1% para vírus respiratório. (Agência Brasil)

Advogado do Consumidor & Cidadão Consciente

Conheça seus Direitos

Educação e Barbárie

Por Nicholas Maciel Merlone

Em 27 de março de 2023, a professora Elisabete Tenreiro, de 71 anos, foi morta a golpes de facada na Escola Estadual Thomazia Montoro, na Vila Sônia, em São Paulo. A docente lecionava aulas de Ciências na escola desde o começo do ano.

Elisabete foi esfaqueada na sala de aula, chegando a ser socorrida, porém teve uma parada cardíaca e faleceu no Hospital Universitário, da USP. Conforme a *GloboNews*, a senhora tinha três filhos e quatro netos.

Na ocasião, um estudante, de 13 anos, esfaqueou professores e outros alunos na Escola. O ataque feriu 06 vítimas. Dentre as quais, 04 professoras - sendo uma delas, Elisabete que morreu - e 02 alunos.

O menor infrator foi imobilizado por uma professora e após preso pela Polícia Militar. Logo depois, o suspeito foi conduzido à delegacia.

Igualmente vale mencionar também o caso do jovem brasileiro Gabriel Magalhães, de 16 anos, que foi esfaqueado e morreu em uma estação de metrô em Toronto, no Canadá, pouco antes das 21h de sábado (25).

Os dois casos citados acima configuram um cenário de barbárie. Verdadeiros absurdos. Simplesmente, acontecimentos terríveis, que nos levam a pensar na essência da natureza humana. Estaria certo Hobbes ao pensar que o homem é mau por natureza? Apesar de tudo, creio, no geral, que não. Mas, fato é que algumas pessoas são terríveis. Basta lembrar do assassinato da atriz Daniela Perez ou do jovem casal pelo menor Champinha.

Quanto a isso, lembro de Hannah Arendt. A filósofa trata da banalidade do mal, do silêncio do homem diante de atrocidades, o que o tornaria cúmplice disso frente a sua inércia e não fazer nada para pôr um fim nisso.

Precisamos nos manifestar. A liberdade de expressão é fundamental nesse sentido. Precisamos cobrar as autoridades, reivindicar direitos. É preciso interpretar, compreender as realidades brasileira e humana, para transformá-las. Daí a frase emblemática da ONG StandWithUs Brasil: “Nós acreditamos que a educação é o caminho para a paz”. Somente, realmente, a educação salva. Mas não só. É necessário também ensinar valores elevados. Afinal, há pessoas cultas e educadas que fazem o mal. E pessoas simples e humildes que fazem o bem. É preciso, portanto, educar almas, corações e mentes, além de transmitir valores, para um mundo melhor, mais justo, tolerante, harmônico e pacífico, onde a única sede seja a de saber, saber conhecimentos e, como disse, valores, para nos tornarmos pessoas melhores a cada dia e, a partir daí, transformar o mundo ao nosso redor!

Nicholas Maciel Merlone - Membro do Idec (Instituto Brasileiro de Defesa do Consumidor) | Advogado especialista em Direito do Consumidor com Escritórios Parceiros | Professor Universitário | Mestre em Direito | Articulista & Escritor.

Instagram: @nicholasmmmerlone / C o n t a t o : nicholas.merlone@gmail.com



O governo federal oficializou a suspensão do cronograma de implementação do Novo Ensino Médio. A decisão, que vinha sendo aguardada nos últimos dias, será publicada em portaria do Ministério da Educação (MEC) no Diário Oficial da União (DOU), mas já foi antecipada pelo titular da pasta, Camilo Santana, em entrevista a jornalistas, na tarde da terça-feira (4), em Brasília.

“Nós reconhecemos que não houve um diálogo mais aprofundado da sua implementação, não houve uma coordenação por parte do Ministério da Educação. O ministério foi omissivo, principalmente no período difícil que foi a pandemia nesse país, e há a necessidade de a gente poder rever toda essa discussão”, afirmou Santana.

Mais cedo, ele se reuniu com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, no Palácio do Planalto, onde discutiu o assunto. Esta nova portaria suspenderá por 60 dias todos os prazos de uma outra portaria editada em 2021, também pelo MEC, incluindo o prazo para que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) atualizasse as mudanças de avaliação com base no Novo

Ensino Médio.

A revogação do Novo Ensino Médio tem sido uma reivindicação de entidades estudantis e de muitos especialistas. No início do mês passado, o MEC abriu consulta pública para avaliação e reestruturação da política nacional de ensino médio, que ainda deve durar cerca de dois meses, com possibilidade de prorrogação.

“Essa comissão está se reunindo, teve quatro reuniões, nós estamos num processo de consulta, de discussão, para que a gente possa aperfeiçoar e melhorar todo o ensino médio”, destacou o ministro, dizendo que essa revisão incorpora a participação de amplos setores da sociedade e dos governos.

“De forma democrática, vamos ouvir as entidades, vamos ouvir os estados que executam as políticas, vamos ouvir os professores, as entidades estudantis, para que a gente possa tomar decisões com responsabilidade”, acrescentou.

Para o ministro da Educação, não houve orientação adequada na formação de professores nem adaptação de infraestrutura necessária nas escolas. “Não se faz uma mudança no ensino mé-

dio de um país de uma hora para outra. Isso é um processo”.

A atual política do Ensino Médio foi criada pela Lei 13.415 de 2017, no governo de Michel Temer, com o objetivo de tornar a etapa mais atrativa, implantar o ensino integral e evitar que os estudantes abandonem os estudos.

Com o modelo, parte das aulas deverá ser comum a todos os estudantes do país, direcionada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Na outra parte da formação, os próprios alunos poderão escolher um itinerário para aprofundar o aprendizado. Entre as opções, está dar ênfase às áreas de linguagens, matemática, ciências da natureza, ciências humanas ou ao ensino técnico. A oferta de itinerários, entretanto, depende da capacidade das redes de ensino e das escolas.

A implementação ocorre de forma escalonada até 2024. Em 2022, começou pelo 1º ano do ensino médio com a ampliação da carga horária para, pelo menos, cinco horas diárias. Pela lei, para que o novo modelo seja possível, as escolas devem ampliar a carga horária para 1,4 mil horas anuais, o que equivale a

sete horas diárias. Isso deve ocorrer aos poucos.

Segundo dados do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed), mesmo em meio à pandemia de covid-19, as secretarias estaduais mantiveram o cronograma e todos os estados já estão com os referenciais curriculares do novo ensino médio homologados. Em 2023, a implementação segue com 1º e 2º anos e os itinerários devem começar a ser implementados na maior parte das escolas. Em 2024, o ciclo termina, com os três anos do ensino médio.

Sobre o Enem, Camilo Santana explicou que nenhuma alteração na prova ocorrerá este ano, como já estava previsto, e que eventuais mudanças na prova para 2024, quando os três anos do Novo Ensino Médio estiverem implantados nas redes de ensino, serão definidas após a discussão dessa comissão criada pelo MEC. Como o ano letivo já está em andamento, e 2023 corresponde à implantação do Novo Ensino Médio para alunos do segundo ano, não há mudanças imediatas para as escolas que já promoveram as adaptações. (Agência Brasil)

Defesa de Bolsonaro devolve terceiro kit de joias da Arábia Saudita

A defesa de Jair Bolsonaro devolveu na tarde da terça-feira (4) a terceira caixa de joias recebida da Arábia Saudita em 2019, conforme informação divulgada pelo assessor do ex-presidente Fabio Wajngarten.

As joias foram entregues à Caixa Econômica Federal. Avaliadas em R\$ 500 mil, o kit tem entre as peças um relógio da marca Rolex. A decisão atende a uma determinação do Tribunal de Contas da União (TCU).

“A entrega reitera o compromisso da defesa do presidente Bolsonaro de devolver todos os presentes que o TCU solicitar, cumprindo a orientação do ex-mandatário do país, que sempre respeitou a legislação em vigor sobre o assunto”, disse o assessor, em mensagem na rede social.

Os advogados de Bolsonaro já haviam devolvido o segundo estojo, também por ordem do TCU, que contém um relógio,

uma caneta, abotoaduras, um anel e um tipo de rosário da marca suíça Chopard, avaliados em R\$ 500 mil. As joias não foram declaradas à Receita Federal quando ingressaram no país.

Estimada em R\$ 16,5 milhões, a primeira caixa, com colar, anel, par de brincos e relógio de diamantes, foi retida pela Receita Federal no Aeroporto Internacional de São Paulo/Guarulhos em 2021. Os artigos estavam na mochila de

um assessor do então ministro de Minas e Energia Bento Albuquerque, que retornava de uma viagem à Arábia Saudita. Na ocasião, o assessor e o ministro não declararam os objetos na alfândega, conforme prevê a legislação. Albuquerque disse, à época, que as joias eram para a ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro.

Todas os kits estão com a Caixa, e o caso está sob investigação. (Agência Brasil)

Lei de Cotas vai permanecer de qualquer maneira, afirma ministra

A ministra da Igualdade Racial, Anielle Franco, afirmou, na terça-feira (4), que a Lei de Cotas é a maior política reparatória do Brasil e vai “permanecer de qualquer maneira”, embora haja necessidade de ampliar o debate em torno da legislação.

Para a ministra, o pagamento das bolsas aos estudantes incluídos na Lei de Cotas é fundamental. Anielle defendeu, além disso, o reforço da aplicação da Lei 10.639, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática História e Cultura Afro-Brasileira. Segundo a ministra, é preciso ter docentes preparados para fortalecer a educação antirracista como um todo, incluindo as áreas quilombolas e a discussão sobre a redução da evasão de estudantes negros.

“Por que tem tanta evasão nas escolas? Por que não tem como se manter. Não tem uma bolsa permanência decente para os alunos. Ou você, trabalha ou você estuda”, afirmou.

Durante a aula inaugural do programa de pós-graduação em psicossociologia de comunidades e ecologia social do Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Anielle ressaltou que é cria da

favela da Maré, no Rio, e que, como cotista, os R\$ 300 que recebia ajudaram nas despesas e permitiram a permanência na universidade.

“Eu me lembro perfeitamente de que a única coisa que me manteve na UERJ [Universidade do Estado do Rio de Janeiro] foram aqueles R\$ 300. Eu me lembro da importância que era ter entrado por cotas”, lembrou a ministra, em palestra com o tema Dez anos da Lei das Cotas, 20 anos da Lei 10.639. O que mudou e para onde vamos?.

De acordo com Anielle, a bolsa permanência para cotistas tem que ser fortalecida, inclusive com aumento do valor. A ministra disse esperar que, no orçamento do ano que vem, os recursos possam ser assegurados. “Para além disso, o debate da transversalidade é importante. É óbvio que a gente tem, dentro do ministério, um orçamento que não é dos maiores. A gente tem que pedir que tenha um pouquinho da Educação, um pouco na Economia, na Saúde. É o que a gente tem tentado fazer, e dialogar. A gente tem 80 dias de governo apenas, mas as construções estão acontecendo. Dentro das ações afirmativas, a gente vai propor essa bolsa permanência tanto para alunos quanto para do-

centes”, disse Anielle à Agência Brasil após a palestra.

Dirigindo-se aos alunos, a ministra destacou que, muitas vezes, ouviu comentários racistas e desqualificadores, questionando o fato de ela saber falar inglês, que aprendeu ao receber uma bolsa para estudar nos Estados Unidos como jogadora de vôlei, e ser da favela da Maré. “Quando retornei ao Brasil e entrei para a Uerj, eu ouvi: Você não deve falar inglês. Você vai vir para cá? Cotista? Você passou em primeiro lugar com cota? Como pode isso? Como pode ser da favela da Maré e falar inglês?”

Com o Salão Pedro Calmon, no prédio da reitoria da UFRJ no Campus Praia Vermelha, lotado, e como professora desde os 17 anos, Anielle Franco recomendou aos alunos intensificar o conhecimento. “Não importa se vocês debatem com professor racista. O conhecimento de vocês ninguém tira. Ninguém sabe o que é pegar dois ônibus e um trem para ir à universidade, mas vocês sabem. Quando a gente fala de Lei de Cotas e de Lei 10.639, sabe porque muitas dessas leis não foram aplicadas como deveriam. Por conta do racismo. A gente precisa ter docentes preparados para lidar com estudantes ne-

gros. Eles precisam ter empatia”, enfatizou.

“É inadmissível em 2023 ter professor racista. Às vezes, o professor chega à sala de aula e não entende o que é ter um aluno que veio lá de Magé, região metropolitana do Rio, de Belford Roxo na Baixada Fluminense. A gente sabe o que é porque passa por isso”, disse Anielle, recordando ainda a dificuldade de alunas mães que precisam levar os filhos para a universidade porque não dispõem de creches.

Na palestra, a ministra destacou a assinatura do decreto presidencial que estipulou o percentual de 30% de ocupação de cargos de comissão e funções de confiança por pessoas negras no Poder Executivo, incluindo administração direta, autarquias e fundações. Segundo Anielle, a medida nunca tinha sido adotada. “A importância disso, gente, desse ato político é imensurável. A gente vai ter pela primeira vez 30% na Esplanada”, afirmou.

Anielle pediu que os estudantes não desistam de seus planos ao enfrentar situações de racismo e deu um recado: “Colocar racistas no lugar, porque racista a gente trata assim: coloca no lugar”. E completou: “A gente bota no lugar com o nosso conhecimento.” (Agência Brasil)

Moraes autoriza visita de parlamentares a presos em atos golpistas

O ministro Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal (STF), autorizou na terça-feira (4) a visita da deputada federal Bia Kicis (PL-DF) e do senador Izalci Lucas (PSDB-DF) aos presos nos atos golpistas de 8 de janeiro.

Os parlamentares poderão realizar a visita no presídio da Papuda e na Penitenciária Feminina da Colmeia, ambos no Distrito Federal, no dia 10 de abril, para verificar a situação dos detentos.

Na mesma decisão, Moraes

não autorizou a entrada de assessores dos parlamentares, seguranças, jornalistas e familiares dos custodiados.

Conforme levantamento do gabinete do ministro, dos 1,4 mil presos no dia dos ataques, 294 - 86 mulheres e

208 homens - permanecem presos no sistema penitenciário do Distrito Federal. Os demais foram soltos por, segundo o ministro, não representarem mais riscos à sociedade e às investigações. (Agência Brasil)

Lembre sempre de lavar as mãos